



FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA VISANDO À GESTÃO PARTICIPATIVA
E À RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS AMBIENTAIS: ESTUDO DE CASO
NA VILA BASEVI/DF**

Maria Magnólia Barros Lins

Brasília, 2012



FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA VISANDO À GESTÃO PARTICIPATIVA
E À RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS AMBIENTAIS: ESTUDO DE CASO
NA VILA BASEVI/DF**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília/UnB como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre.

Maria Magnólia Barros Lins

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Claudia Marcia Lyra Pato

Brasília, 2012

DISSERTAÇÃO DEFENDIDA SOB AVALIAÇÃO DA COMISSÃO

EXAMINADORA CONSTITUÍDA POR:

Professora Doutora Claudia Marcia Lyra Pato

Orientadora

Universidade de Brasília / Faculdade de Educação

Professora Doutora Vera Margarida Lessa Catalão

Examinadora

Universidade de Brasília / Faculdade de Educação

Professor Doutor Philippe Pomier Layrargues

Examinador

Universidade de Brasília / Faculdade de Planaltina

Dados de catalogação na Fonte (CIP)

LINS, Maria Magnólia Barros. *Mobilização comunitária visando à gestão participativa e à resolução de problemas ambientais*: estudo de caso na vila basevi/DF. 2012. 100f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

Educação Ambiental. Gestão Participativa. Gestão Ambiental Pública.

AGRADECIMENTOS

A Deus e à Deusa de onde tudo emana, pelas bênçãos e pela proteção que me permitiram chegar até aqui cheia de amor e gratidão.

A meus pais Antônio (*in memorian*) e Socorro, pelo exemplo de amor incondicional que sempre recebi.

A Célia e Rita, irmãs amadas, pelo carinho e pelo incentivo durante todo esse percurso; a Deusimar, meu irmão muito amado, pelo cuidado especial com nossa mãe o que me deixou mais tranquila para enfrentar os estudos.

Aos meus amados filhos Bárbara, Claudia e Caio, motivos de orgulho e alegria, pela força constante, paciência e incentivo, em especial à Claudinha cujas sugestões, revisões e críticas permitiram o maior rigor acadêmico desta dissertação.

Ao Claudio, por continuar presente em minha vida, pelo apoio irrestrito em todos os momentos e em especial nessa fase do mestrado, fortalecendo os laços de união e amor entre nossos filhos.

Ao Paulo “PC. Leon”, que com seu amor, cumplicidade e companheirismo me acompanhou neste último ano do mestrado, dando-me força e alegria.

Aos moradores da Vila Basevi, que me acolheram carinhosamente durante o processo de minha pesquisa, em especial ao Ismael, Padre Virgílio, Pastor Odair, Doriva, Marivaldo, Marcelo, Neide, Eva, Eninho, Nilvaneide, Sr. Edmundo, Erli, Seu Zé Arteiro e Dona Antônia, Dona Maria e Seu João, Valdomiro (Gaúcho) e Falcão.

Aos gestores da Rebio da Contagem, na pessoa de Enrique Balbuena, que com gentileza e competência participou de momento decisivo no desenvolvimento desta pesquisa.

À irmandade da Teia de Thea, pela força e pelas emanações de luz nos momentos mais difíceis desta trajetória.

Ao ICMBio, pela liberação integral nos últimos seis meses deste trabalho; às queridas amigas da Coordenação de Educação Ambiental desse Instituto, a minha coordenadora Fabiana e à arte educadora Iaiá Floresta, pela força e pelo apoio irrestrito.

À minha orientadora Prof^a Dr^a Claudia Marcia Lyra Pato, mestra querida, que com competência e dedicação conduziu-me durante todo esse processo.

À Prof^a. Dr^a. Vera Catalão e ao Prof. Dr. Philippe Layrargues, pela gentileza de aceitarem compor minha banca de defesa.

RESUMO

A insustentabilidade do modo de vida do atual padrão civilizatório gera grandes impactos na natureza, que resultam no quadro de degradação ambiental atualmente vivenciado. Nesse sentido, o poder público cria espaços de proteção e conservação ambiental, visando mitigar os impactos ambientais da ação antrópica nessas unidades de conservação. A Reserva Biológica da Contagem (Rebio da Contagem) é uma unidade de proteção integral federal localizada no Distrito Federal – DF, cujos gestores, em consonância com a legislação ambiental, veem na Educação Ambiental uma prática pedagógica que possibilita a capacitação do cidadão para atuar qualificadamente nos processos de gestão da Rebio, intenção essa que vem ao encontro do desejo dos moradores da Vila Basevi, comunidade localizada na zona central da Reserva, com mais de 1.500 moradores e sem infraestrutura urbana e de saneamento básico. Nesse contexto, este estudo buscou identificar os principais problemas socioambientais existente no local, além de verificar o potencial de mobilização da comunidade para atuação com o trabalho voluntário na gestão da Rebio da Contagem. Foram desenvolvidas oficinas e ações para identificar e buscar soluções voltadas aos problemas socioambientais existentes na Vila Basevi, facilitar o diálogo entre a comunidade dessa vila e os gestores da Rebio da Contagem, visando à gestão participativa nessa Unidade de Conservação e à verificação do potencial da comunidade para o trabalho voluntário nas questões socioambientais que afetam essa coletividade.

Palavras-Chaves: Educação Ambiental. Gestão Participativa. Gestão Ambiental Pública.

ABSTRACT

The unsustainability of the current way of life of civilization generates great impacts on nature which results can be seen as the environmental degradation currently experienced. Thereat, the government creates spaces of conservation and environmental protection, to mitigate the environmental impacts of human activity in these protected areas. The Biological Reserve of Contagem – Rebio of Contagem, is a federal united protection located in the Federal District - DF, whose managers, in line with environmental legislation, analysis the Environmental Education in a pedagogical practice that allows the training of the citizen to act in qualifiedly management processes of the biological reserve, an aim which is in the desire of residents of the Village Basevi, a community located in the central zone of the Reserve, with over 1,500 residents and no urban infrastructure and basic sanitation. Therefore, this study sought to identify the key social and environmental problems at the site, and to identify the potential for mobilizing the community to work as volunteers in the management of Rebio of Contagem. This research developed workshops and several actions aimed at identifying and seeking solutions to social and environmental problems existing in the village Basevi, facilitate dialogue between the community of Vila and managers Rebio of Contagem aimed at participatory management in this conservation area, and also verify the potential of the community for volunteer work on environmental issues affecting this community.

Keywords: Public Environmental Management. Environmental Education. Participatory Management

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 — Localização da Reserva Biológica da Contagem.....	21
Figura 2 — Cachoeira do Buriti.....	25
Figura 3 — Cartaz de divulgação da oficina.....	54
Figura 4 — Primeiro dia da Oficina – Abertura dos trabalhos.....	57
Figura 5 — Exposição do representante da REBio.....	57
Figura 6 — Comunitário interagindo com o representante da REBio.....	58
Figura 7 — Comunidade se manifestando.....	58
Figura 8 — Componentes do Grupo 1 – “Esperança”.....	61
Figura 9 — Componentes do Grupo 2 – “Amigos da Basevi”.....	62
Figura 10 - Filhos dos comunitários, em atividades lúdicas durante a oficina.....	62
Figura 11 - “Dedo na ferida” - moradores mostrando fossa negra vazando dejetos na rua.....	76
Figura 12 - Esgoto caseiro a céu aberto.....	77

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	9
1 APRESENTAÇÃO.....	12
<u>Esta pesquisa está fortemente vinculada à minha experiência pessoal e profissional, principalmente após 2002 quando iniciei minhas atividades como educadora ambiental na Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEAM) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Assim peço licença para, nestas páginas introdutórias, trazer um pouco de minha trajetória de vida como um fio condutor para mostrar minhas experiências e vivências anteriores, contando um pouco do que fui e do que sou e o motivo pelo qual me encontro neste aqui e agora.....</u>	
1.1 Memorial.....	12
2 INTRODUÇÃO.....	18
3 A RESERVA BIOLÓGICA DA CONTAGEM.....	20
4 O PROBLEMA.....	28
5 CONCEITOS ESTRUTURANTES.....	31
5.1 O voluntariado.....	31
5.2 A educação ambiental.....	32
5.3 Educação ambiental e voluntariado na gestão ambiental pública.....	39
6 OBJETIVOS.....	42
7 METODOLOGIA.....	43
7.1 Etapas metodológicas.....	45
7.1.1 Contexto – A Vila Basevi.....	45
7.2 Procedimentos.....	48
7.2.1 A observação participante.....	49
7.2.2 O diário de campo.....	50
7.2.3 A Oficina.....	51
Programação.....	52
7.2.4 O teatro-fórum.....	62
8 RELATÓRIO “MEMORIAL” CONSUBSTANCIADO.....	65
8.1 “Por que você não vem morar aqui?”.....	65
9 CONSIDERAÇÕES.....	75
10 REFERÊNCIAS.....	85
11 APÊNDICES.....	91
ANEXOS.....	102

1 APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa está fortemente vinculada à minha experiência pessoal e profissional, principalmente após 2002 quando iniciei minhas atividades como educadora ambiental na Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEAM) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Assim peço licença para, nestas páginas introdutórias, trazer um pouco de minha trajetória de vida como um fio condutor para mostrar minhas experiências e vivências anteriores, contando um pouco do que fui e do que sou e o motivo pelo qual me encontro neste aqui e agora.

1.1 Memorial

Ressalvadas as devidas proporções, aproprio-me das palavras e dos sentimentos do Mestre Paulo Freire, quando ele diz:

Gostaria desde já de manifestar minha recusa a certo tipo de crítica científica que insinua faltar rigor no modo como discuto os problemas e na linguagem demasiado afetiva que uso. A paixão que conheço, falo ou escrevo não diminuem o compromisso com que denuncio ou anuncio. Sou uma inteireza e não uma dicotomia. Não tenho parte esquemática, meticulosa, racionalista e outra desarticulada, imprecisa, querendo simplesmente bem ao mundo. Conheço com meu corpo todo, sentimentos, paixão. Razão também (FREIRE, 2010, p. 18).

Nasci no dia 15 de fevereiro de 1959, em um povoado chamado Assis, distrito da cidade de Crateús, no Ceará. Minha parteira, Dona Celina, realizou um ritual interessante e curioso: encheu uma bacia de alumínio com água e pediu às pessoas presentes, tias, primas, amigas e vizinhas de minha mãe, que retirassem seus anéis, brincos, cordões e pulseiras de ouro e as colocassem dentro da bacia, e, em seguida, nela banhou-me. Isso para que, segundo ela, quando eu crescesse, tornasse-me rica. E não é que me tornei mesmo? Explico mais à frente.

Até os oito anos, vivi uma infância invejável. Bonecas? Somente de panos (tive várias e de diversos tipos e tamanhos, feitas por minha avó paterna). Brincava de roda e de passar anel, tomava banhos de chuva na rua e achava maravilhoso ficar debaixo da água que caía das cumeeiras das casas. E havia farturas de frutas: ata, caju, manga, seriguelas, e eu comia e me lambuzava toda. E havia as flores na beira dos riachos. Um dia, talvez com cinco anos, vi em uma ribanceira uma plantinha, parecida com uma mini samambaia, e fiquei tão maravilhada com aquela novidade que, egoisticamente, nunca a mostrei para ninguém e, durante certo tempo, ia sempre revê-la – ou visitá-la.

Em 1967 meu pai veio para Brasília, conseguiu um emprego, alugou uma casa e, no ano seguinte, mandou nos buscar. Chegamos a Brasília, minha mãe, minhas duas irmãs, meu irmão e eu, em dezembro de 1968. A chegada à rodoviária, depois de quatro dias de viagem de ônibus, me lembra um quadro do Portinari – da série Os Retirantes - ou uma passagem de Vidas Secas, só que com um fundo de paisagem urbana. Meu pai ao nos ver (sei que estava feliz e emocionado), saiu-se com esta: “vocês estão parecendo umas almas!” Não me lembro disso com tristeza ou mágoa, pelo contrário, até hoje este fato é motivo de gracejo entre nossa família. Quando alguém está com aparência esquisita, saímos com esta: você está parecendo uma alma! E caímos na risada.

Aos quatro anos de idade já estava alfabetizada (minha mãe era professora primária em nosso povoado); com seis anos lia Literatura de Cordel para uma senhora idosa e deficiente física, Dona Pereirinha: ela sentada em sua rede e eu em um banquinho em frente, juntas viajávamos nas histórias de desafios ou encantamentos, estas, minhas preferidas. Pereirinha gostava mais das histórias com fundo religioso: Padre Cícero, Conselheiro. Ambas gostávamos de temas de valentia, Lampião ou quem, homem ou mulher, por meio de muita engenhosidade, conseguisse vencer o diabo. Sempre estudei em escolas públicas, concluí o 2º ano do primário no Ceará e em Brasília terminei o 2º grau. Com dezoito anos paguei um bom cursinho (trabalho desde os treze anos) e passei no vestibular da UnB em 1979 para o curso de Ciências Sociais. Não concluí o curso, mudei para Biblioteconomia e me formei em 1984.

Em 1977, com 17 anos, ingressei, por meio de um contrato Grupo Tarefa, no Ministério da Educação (MEC); logo após minha formatura na UnB passei, em concurso do MEC para Técnico em Assuntos Educacionais e fui trabalhar em um programa de Bibliotecas Universitárias, coordenado pela Profª Yone Chastinet, mulher extremamente corajosa, inteligente e competente com quem aprendi muito – pessoal e profissionalmente. Nesse programa tive oportunidade de conhecer, em visitas às bibliotecas das universidades federais, um pouco da realidade do ensino superior brasileiro, principalmente a questão da pobreza dos acervos das bibliotecas e a implementação de políticas públicas para fortalecê-los. O programa, a exemplo de inúmeros em nosso país, não teve continuidade. A partir de 1989 passei a assessorar os Secretários da Secretaria de Ensino Superior (SESu/MEC) (foram vários, em poucos anos) em questões relacionadas às bibliotecas universitárias.

Em 1997, na mesma SESu, iniciei minhas atividades na Diretoria de Avaliação, Autorização e Reconhecimentos de Cursos Superiores; no entanto, o estabelecimento de uma política visando à abertura indiscriminada de novos cursos superiores, na qual buscava-se simplesmente a quantidade com pouca preocupação com a qualidade do ensino e a falta de atenção para com a legislação do ensino superior brasileiro, deixou-me bastante desiludida e desmotivada, também preocupada porque penso que os reflexos dessa política logo surgirão. Que tipos de profissionais estão chegando no mercado de trabalho onde cursos superiores foram autorizados a funcionar sem se atentar seriamente para a legislação educacional vigente? Permaneci no MEC até julho de 2002, quando solicitei redistribuição para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Antes de falar da experiência que vivi no IBAMA, gostaria de voltar um pouco e falar de alguns momentos que considero marcantes em minha trajetória. Retornei ao meu povoado em duas ocasiões: na 1ª vez, em 1977, com 17 anos de idade (após nove anos de minha saída), encontrei um povoado com luz elétrica (anteriormente existia um gerador a diesel que vivia quase sempre quebrado) e uma praça com calçamento onde os moradores se reuniam para assistir a novelas em uma TV estrategicamente colocada sobre um pilar no centro da praça. Lembrei-me dos momentos em que ficávamos sentados nas calçadas ouvindo histórias dos mais velhos ou simplesmente

brincando à luz de lampiões ou sob o lindíssimo luar do sertão. É impagável a sensação de estar em uma calçada – quase todas as casas de Assis têm calçadas – onde ficávamos, principalmente em noites de lua cheia, brincando e ouvindo histórias até tarde. Eu, olhando aquela lua prateada e enorme sentia o que até hoje não consigo definir: um misto de poder e impotência, alegria e tristeza e, já naquela época, um sentimento/questionamento de “o que estou fazendo aqui?” Mas então, em 1977, a luz que as pessoas viam era a da televisão.

Voltei em 2000 (aos 41 anos de idade, trinta e dois anos depois de 1968), fiquei chocada e revoltada com o que vi: um povoado decadente, triste e quase abandonado. Houve uma verdadeira “diáspora” dos jovens, os velhos que ficaram sobrevivem de aposentadoria e quase não trabalham mais nos roçados, o mato tomando conta de quase tudo. Revoltou-me especialmente o mato no cemitério: como eles não tinham ânimo para sequer limpar os túmulos de seus antepassados? Conversei com alguns sobre isso e fiquei sabendo, depois, que alguns homens se reuniram e limparam o local (acho que na próxima oportunidade deverei conversar com eles também sobre outros assuntos). Houve um retrocesso cultural: na escola só é oferecida até a quinta série do ensino fundamental; os jovens, depois de concluírem-na, desenvolvem pouca ou nenhuma atividade. Algumas meninas com até treze anos já têm filhos.

É neste ponto que relembro o ritual de minha parteira: essas meninas têm a idade de minhas filhas, suas mães têm a minha idade. Olho para seus corpos e rostos de 41 anos e me assusto, estão cansadas, parecem-me desiludidas e sem sonhos. Percebo que minha vida não seria tão diferente caso minha família não tivesse mudado para Brasília. Para mim a riqueza que adveio não foi econômica, foi a mudança que me deu a oportunidade de estudar, trabalhar, conhecer outras pessoas e outros lugares, amar, casar (casei-me em 1983, divorciei-me em 2004, tenho duas filhas e um filho). Frequentemente abraçava e beijava fortemente o meu pai e lhe agradecia por ter tido a coragem de, por causa dos filhos, vir para Brasília em busca de melhor qualidade de vida.

Devo esclarecer que o que disse acima sobre a situação atual de meu povoado baseia-se em uma visão geral. Claro que existe também beleza naquele lugar,

principalmente nas pessoas; algumas delas tentam fazer movimento em busca de alguma reação da comunidade, mas desistem quando sentem a dificuldade de mobilização e o desinteresse dos próprios afetados pelos problemas lá existentes.

Em 2002, como já disse anteriormente, fui redistribuída para o IBAMA. Considero essa oportunidade uma guinada radical em minha vida. Tinha uma visão conforme o senso comum sobre o IBAMA: um órgão policialesco cuja atividade principal era a fiscalização; havia também a visão romântica sobre o trabalho desenvolvido com a fauna e a flora, mas a relação com o homem só via mesmo a repressora e fiscalizadora. Iniciei minhas atividades naquela instituição no dia 10 de julho. Fui recebida inicialmente pela Dra. Sandra Klosovski, Diretora de Gestão Estratégica do órgão, que, com cortesia e amabilidade, me explicou as atribuições de sua diretoria e sugeriu (deixando-me à vontade para escolher) duas coordenações em que eu poderia executar minhas novas atividades: a que trabalhava com construção de casas populares com madeiras apreendidas e a que atuava com educação ambiental.

Talvez pela afinidade com a educação, achei por bem conhecer primeiro a Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEAM), onde fui então recebida pelo Prof. José Silva Quintas, Coordenador da unidade. Conversamos quase duas horas, posso dizer assim, a primeira de muitas aulas que tive com o Prof. Quintas. Tive oportunidade de ouvi-lo sobre o Art. 225 da Constituição Federal, as Orientações da Conferência de Tbilisi, o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) e a Lei nº 9.795/99, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, e, como decorrência destas, a construção do Curso de Introdução à Educação no Processo de Gestão Ambiental, obrigatório para os servidores do IBAMA trabalhar como educadores no âmbito das ações da CGEAM. Confesso que, acostumada com a Lei de Diretrizes e Bases, senti um pouco de medo, mas também curiosidade, afinal, nessa altura do campeonato (com 43 anos de idade), iniciar uma atividade sem conhecimento teórico ou prático sobre ela seria um desafio. Aceitei. Nesse mesmo dia telefonei para a Dra. Sandra agradecendo e informando a ela sobre minha decisão de permanecer na CGEAM e com a educação ambiental.

Em outubro desse mesmo ano, fiz, na cidade de Mata no Rio Grande do Sul, o Curso de Introdução à Educação no Processo de Gestão Ambiental. Foram 15 dias de imersão nas questões ambientais: problemas, conflitos, potencialidades e gestão ambiental permeadas, claro, pela educação ambiental; temáticas discutidas com base nos ensinamentos de Freire e Quintas de modo a nos permitir a aquisição de conhecimentos para desenvolver ações educativas, sem neutralidade, voltadas a segmentos sociais com menos condições de intervir no processo decisório nas disputas pelo controle e pelo uso dos recursos ambientais e, por isso mesmo, mais afetados e onerados pela gestão ambiental. Apesar de introdutório esse curso teve uma carga conceitual que me fez rever meus conceitos sobre questões do meio ambiente e me inseriu em um “novo lugar”. A proposta de educação ambiental apresentada no curso, e levada a termo pela CGEAM, exige do educador ambiental compromisso com os segmentos sociais mais excluídos, além de competências para atuar em processos sociais complexos.

Permaneci na CGEAM até a sua extinção, ocorrida em 2007 em decorrência da divisão do IBAMA e da criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Nesse ano fui trabalhar no Programa de Agentes Ambientais Voluntários (PAAV) ligado à Diretoria de Proteção Ambiental (DIPRO/IBAMA). A escolha pelo PAAV deu-se pelo fato de esse programa voltar-se também para a capacitação da comunidade, visando a qualificá-la para atuar como cogestora dos ambientes em que vivem, e pelo fato de o componente educação ambiental permear fortemente as ações do PAAV.

Aprendi na CGEAM que, para planejar e coordenar processos educativos, o educador ambiental deve adquirir e desenvolver uma série de competências voltadas para a sua prática. O Curso de Introdução à Educação no Processo de Gestão Ambiental permitiu-me a fundamentação teórica da EA, no entanto, por trabalhar na Sede do IBAMA, nunca tive a oportunidade de executar (apesar de analisar e avaliar projetos de EA) nenhum projeto nessa área, uma vez que estes são executados “nas pontas”, ou seja, nas Gerências Executivas ou nos Escritórios Regionais do IBAMA. Essa teoria, sem prática, sempre me inquietou e era motivo de conversas entre o Professor Quintas e eu. No entanto, no segundo semestre de 2009, tive a oportunidade

de concorrer a uma vaga no Mestrado em Educação Ambiental e Ecologia Humana, da Faculdade de Educação (FE) da Universidade de Brasília (UnB), para o qual fui aprovada com o Plano de Dissertação “Voluntariado na Gestão Ambiental Pública: ação formativa em Educação Ambiental”. Esse Plano representava para mim a possibilidade de executar um projeto de EA voltado para a capacitação de voluntários em uma Unidade de Conservação no Distrito Federal.

Tendo em vista que após a divisão do IBAMA a gestão das Unidades de Conservação (UCs) ficou sob a responsabilidade do ICMBio, solicitei, em 2010, minha redistribuição para esse órgão, considerando que isso contribuiria para o desenvolvimento de minha pesquisa e esperando também, com o resultado da pesquisa, contribuir para o fortalecimento da EA naquele Instituto. Uma conjunção astral favorável fez com que eu encontrasse, na mesa que passaria a ocupar, uma correspondência da Chefe da Reserva Biológica da Contagem (REBio da Contagem/DF), solicitando apoio da Coordenação de EA/ICMBio para uma ação formativa em Educação Ambiental com vistas à participação da comunidade do entorno da Reserva na mitigação dos problemas ambientais e na consequente gestão dessa UC.

Vislumbrei nessa correspondência a possibilidade efetiva de uma ação educativa pautada nos princípios e nas diretrizes da Educação no Processo de Gestão Ambiental, motivo pelo qual solicitei a meu coordenador um contato com a chefia da REBio da Contagem para verificar a possibilidade de elaboração coletiva de um projeto de gestão ambiental participativa. O contato com o pessoal da REBio foi bastante proveitoso e levou-me, a convite de uma técnica dessa UC, a realizar minha primeira visita à Vila Basevi, onde posteriormente tive a oportunidade de conversar e expor para o presidente e os membros da diretoria da Associação Comunitária de Moradores da Vila Basevi (ACMVB) o meu projeto de pesquisa, objeto da presente dissertação.

2 INTRODUÇÃO

Os problemas ambientais resultantes da ação antrópica manifestam-se com maior intensidade e em graus diferenciados, atualmente em todo o planeta. No Brasil, as Unidades de Proteção Integral, apesar da previsão legal constante na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), de serem ecossistemas “livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo-se apenas o uso indireto dos seus atributos naturais” (BRASIL, 2000), sofrem fortemente os impactos ocasionados pela ação humana.

Assim, visando a solucionar ou a mitigar a degradação ambiental nessas Unidades de Conservação (UCs), a legislação ambiental brasileira, capitaneada pela Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), Lei nº 6.938/1981, procura estimular a participação da comunidade por meio do estabelecimento de diretrizes voltadas para a gestão ambiental participativa nas UCs entendendo-se aqui gestão ambiental como:

Processo de mediação de interesses e conflitos (potenciais ou explícitos) entre atores sociais que agem sobre os meios físico-natural e construído, objetivando garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme determina a Constituição Federal. (QUINTAS, 2006, p. 30)

Uma forma de fomento à participação comunitária na defesa do meio ambiente está prevista na citada PNMA, em seu art. 2º, item X, em que está estabelecido, que a educação ambiental deve ser oferecida em todos os níveis de ensino e também para a comunidade, visando a qualificá-la para a defesa do meio ambiente (BRASIL, 1981). Especificamente voltada para a proteção das UCs, a Lei do SNUC traz como objetivo, em seu art. 4º, o favorecimento das condições e a promoção da educação e interpretação ambiental, bem como a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico, e assegura, em sua terceira diretriz, a participação das populações locais na criação, na implantação e na gestão das UCs. Percebe-se, então, que a educação ambiental (EA) é forte componente para a formação comunitária dirigida à resolução dos problemas ambientais como um todo e do meio ambiente das UCs em particular.

A Reserva Biológica da Contagem (REBio da Contagem) é uma unidade de proteção integral federal localizada no Distrito Federal e, como as demais UCs nacionais, enfrenta uma série de problemas: despejo de resíduos sólidos, queimadas, desmatamento, retirada ilegal de flora e fauna, entre outros. Os gestores dessa

unidade, em consonância com a legislação ambiental, veem na EA uma possibilidade de formar a comunidade do entorno da Reserva para atuar, em parceria e qualificadamente, nos processos de gestão da REBio. Essa intenção dos gestores vem ao encontro do desejo dos moradores da Vila Basevi, comunidade localizada na zona central da Reserva, os quais se ressentem da ausência do poder público nas tentativas de resolução dos problemas socioambientais da vila. Pude constatar essas informações por meio do acesso a correspondências enviadas pela chefia da Rebio à CEAC/ICMBio, bem como pelas conversas mantidas durante reuniões realizadas com os gestores dessa UC e, em outras oportunidades, com lideranças da Vila Basevi, representadas na Associação Comunitária de Moradores da Vila Basevi (ACMVB).

Partindo da realidade acima exposta, esta pesquisa procurou estimular a atuação da comunidade da Vila Basevi na análise e na busca de resolução para os problemas socioambientais ali existentes, sensibilizando seus componentes para o trabalho em parceria com os gestores da Rebio da Contagem e demais instituições envolvidas com os problemas ambientais, além de verificar o potencial do trabalho voluntário voltado para as questões ambientais na comunidade.

De acordo com a prática e a concepção da educação ambiental no processo de gestão ambiental, procurei utilizar o processo educativo adequando-o aos objetivos desta pesquisa e considerando, de acordo com Quintas (2009), as condições objetivas (infraestrutura, recursos financeiros, apoio político etc.) e subjetivas (disponibilidade de tempo, disposição para participar, demanda do grupo social, entre outras). Assim, procurei organizar o processo pedagógico com utilização da pesquisa-ação e pesquisa participante, de uma oficina pedagógica e da realização de um teatro-fórum com a comunidade da Vila Basevi.

3 A RESERVA BIOLÓGICA DA CONTAGEM

A já citada Reserva Biológica da Contagem (figura 1), é uma Unidade de Conservação Federal, localizada no Distrito Federal e gerida pelo Instituto Chico

Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Esse instituto foi criado pela Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, e é uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). O ICMBio integra o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e tem como atribuição a gestão de cerca de 300 Unidades de Conservação Federais. Vale lembrar que até a data da publicação da Lei nº 11.516, em 2007, a gestão das UCs Federais era uma atribuição do IBAMA.

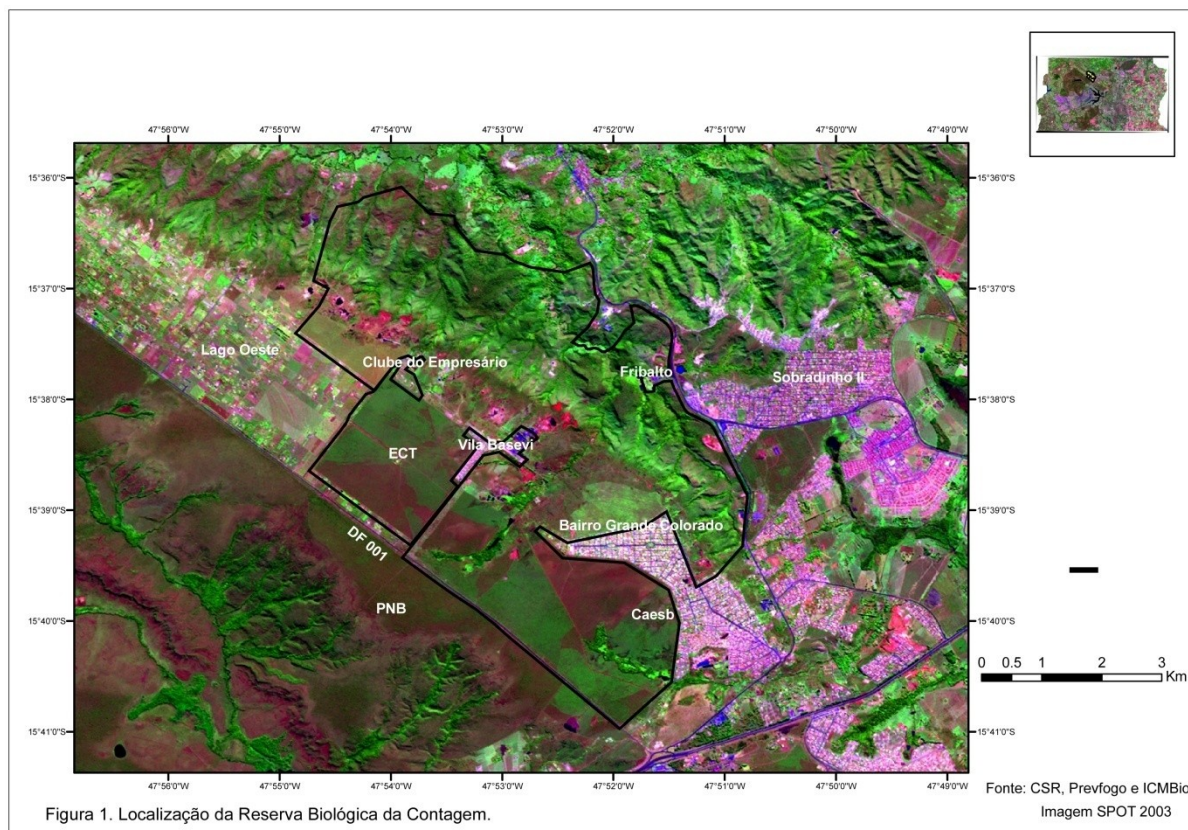


Figura 1. Localização da Reserva Biológica da Contagem.

Figura 1 — Localização da Reserva Biológica da Contagem
Fonte: ICMBio

O ICMBio tem como missão a gestão das UCs federais e a promoção do desenvolvimento socioambiental das comunidades tradicionais nas UCs de uso sustentável visando assim à proteção do patrimônio natural brasileiro e à promoção da conservação da biodiversidade por meio da pesquisa e da gestão do conhecimento, da educação ambiental e do fomento ao manejo ecológico. Entre as suas finalidades podemos citar: “executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela

União” e “fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental” (BRASIL, 2007a).

O dispositivo legal que baliza a conservação, o manejo sustentável e orienta a gestão das Unidades de Conservação brasileiras é a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, a chamada Lei do SNUC, porque institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). De acordo com o art. 2º, item I dessa lei, as Unidades de Conservação são

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL, 2000).

Destaco aqui, por voltarem-se mais especificamente ao tema de interesse desta pesquisa, os seguintes objetivos e diretrizes da lei do SNUC:

Artigo 4º objetivos:

[...]

IV- promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;

V- promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;

[...]

X- proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;

[...]

XII- favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico.

[...]

Art. 5º diretrizes:

[...]

III- assegurem os mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão da política nacional de unidades de conservação;

[...]

IV- busquem o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação (BRASIL, 2000).

Como se pode perceber, a lei do SNUC instrumentaliza a participação comunitária e cidadã na gestão das Unidades de Conservação brasileiras, descentralizando também a gestão dessas unidades. A aplicação efetiva dessa lei contribuirá significativamente para a conservação e a proteção das áreas protegidas, beneficiando não somente essas unidades, mas por, extensão, todo o seu entorno e a população ali residente. Nesse sentido é fundamental dar-se ampla divulgação dessa lei, principalmente entre as comunidades residentes no entorno dessas Unidades de Conservação.

A Reserva Biológica é uma categoria de UC integrante do SNUC considerada como Unidade de Proteção Integral na qual se prevê a preservação da natureza, admitindo-se apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. O art. 10 da Lei do SNUC traz o seguinte:

Art. 10 - A Reserva Biológica tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.

§ 1º - A Reserva Biológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º - É proibida a visitação pública, exceto aquela com objetivo educacional, de acordo com regulamento específico.

§ 3º - A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento (BRASIL, 2000).

As Unidades de Proteção Integral devem dispor de um Conselho Consultivo; no caso das UCs de Proteção Integral federais, esse conselho é presidido pelo ICMBio, na qualidade de órgão responsável pela sua administração. O conselho consultivo é

constituído por representantes de órgãos da esfera pública federal, estadual e municipal e da sociedade civil organizada (BRASIL, 2000).

A Rebio Contagem foi criada por meio do Decreto s/nº de 13 de dezembro de 2002. Possui uma área total de 3.463 hectares e tem como objetivo “assegurar a preservação do equilíbrio natural da diversidade biológica e dos processos ecológicos naturais” (BRASIL, 2002a). Situa-se ao norte do Distrito Federal, entre as sub-bacias do Rio Maranhão – Bacia Hidrográfica do Tocantins e a sub-bacia do rio Sobradinho – Bacia Hidrográfica Paraná. Está localizada na Chapada da Contagem e faz divisa no oeste com a Rodovia DF-001 e com o Parque Nacional de Brasília (PARNA Brasília), no noroeste com o Lago Oestes no Sudeste com o Bairro Grande Colorado e no leste com Sobradinho II; em sua área central encontra-se a Vila Basevi.

Documentos da Rebio apontam os seguintes motivos para a criação dessa UC:

- Existência de nascentes e córregos (Ribeirão da Contagem e Córrego Paranoazinho) responsáveis pelo abastecimento de água potável da cidade de Sobradinho;
- Corredor ecológico entre o PARNA de Brasília e a Bacia do Rio Maranhão, garantindo a ligação amazônica, e Estação Ecológica - ESEC Águas Emendadas;
- O valor histórico – Posto Contagem de São João das Três Barras, instalado em 1736, para onde convergia o fluxo das minas do Tocantins com destino a Minas Gerais;
- Recomendação de criação de UC ao norte do DF para garantir a conservação do Cerrado.

Como visto acima, no interior da REBio encontram-se vários mananciais entre eles as nascentes do Córrego Paranoazinho e do Ribeirão da Contagem que abastecem de água a cidade de Sobradinho, Região Administrativa – RA V do Distrito Federal. A Companhia de Água e Esgotos de Brasília (CAESB) efetuava a captação de água nesses mananciais antes da edição do decreto de criação da REBio, motivo pelo

qual é mantida essa captação como consta em seu art. 7º: “Fica assegurada a manutenção das atividades de captação de água desenvolvida na área que constitui a Reserva Biológica da Contagem” (BRASIL, 2002a).

Por ser uma área de grande beleza cênica, com atraente paisagem montanhosa e belas cachoeiras, a Reserva sofre grande pressão ocasionada pelos visitantes que a procuram para lazer, notadamente nos finais de semana, quando fazem trilhas, motocross, churrascos e tomam banhos de cachoeiras (Figura 2). A pressão ocorre também, principalmente, por causa da vizinhança constituída por mais de 50 condomínios horizontais da região do Bairro Grande Colorado, do Bairro Lago Oeste, de chácaras no interior da Reserva e pela Vila Basevi. Os impactos, de várias naturezas, são ocasionados por invasão para caça, pesca e lazer, bem como pela disposição inadequada dos resíduos sólidos, pelo despejo de esgoto, pelas queimadas, pela captação de água clandestina, por roubo de flora e fauna, entre outros.



Figura 2 — Cachoeira do Buriti
Fonte: Foto da autora

A REBio não tem sede própria e seu escritório fica no interior do Parque Nacional de Brasília (PNB), Unidade de Conservação também gerida pelo ICMBio que

fica a cerca de 10 quilômetros da Reserva da Contagem. Atualmente (fevereiro de 2012) existem seis servidores em seu quadro funcional, número que, se comparado com outras reservas biológicas, não é tão pequeno; no entanto, por se tratar de uma REBio urbana, esse número é baixo para o enfrentamento da quantidade de problemas que existem demandando soluções. As ações desenvolvidas, pelos gestores da REBio, no interior e no entorno da Unidade, são em sua maioria fiscalizatórias objetivando reprimir e coibir as atividades que impactam negativamente a Reserva, o que mostra novamente a necessidade de uma ação educativa com vistas à integração e à participação da comunidade no contexto da REBio. A gestão integrada e participativa certamente ajudaria na mitigação dos problemas ali existentes, à medida que possibilitaria à população do entorno refletir sobre suas ações e, ao mesmo tempo, pensar em soluções conjuntas para as resoluções desses problemas.

Como ainda não se constituiu o Conselho Consultivo da Rebio, conseqüentemente não se dispõe de um Plano de Manejo para a área. De acordo com o SNUC, a partir de um prazo de cinco anos após sua criação, as Unidades de Conservação devem dispor de um Plano de Manejo. No Capítulo I, art. 2º, item XVII, o SNUC traz a seguinte definição para Plano de Manejo:

Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, 2000).

A formação do conselho em uma Unidade de Conservação materializa a possibilidade do controle social previsto na Lei do SNUC. O art. 20 do Decreto 4.340/02, que regulamenta os artigos da Lei 9.985/00, que criou o SNUC, traz as seguintes competências para os conselhos das UCs:

Art. 20. Compete ao conselho de unidade de conservação:

I - elaborar o seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instalação;

II - acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, quando couber, garantindo o seu caráter participativo;

III - buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno;

IV - esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade;

V - avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação;

VI - opinar, no caso de conselho consultivo, ou ratificar, no caso de conselho deliberativo, a contratação e os dispositivos do termo de parceria com OSCIP, na hipótese de gestão compartilhada da unidade;

VII - acompanhar a gestão por OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade;

VIII - manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos; e

IX - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso (BRASIL, 2002b)

No entanto, para a constituição do conselho, é fundamental que a comunidade esteja sensibilizada e capacitada para as discussões que envolvem tal atividade, assim, mais uma vez, reforça-se a necessidade de qualificar-se essa comunidade por meio de uma ação educativa.

Para o planejamento de 2012, foram definidas como prioritárias as seguintes ações:

- Regularização fundiária;
- Cercamento, sinalização e fiscalização;
- Prevenção e combate de incêndios;
- Formação do conselho consultivo;
- Plano de manejo;
- Recuperação ambiental;
- Educação ambiental;
- Implantação de sede e postos de apoio.

Para conseguir alcançar os objetivos propostos nessas ações, os gestores da REBio necessitam de recursos financeiros, materiais e humanos, bem como precisarão

incrementar o potencial de mobilização das pessoas envolvidas nesse processo, de forma a articular as parcerias intra e interinstitucionais e a trabalhar a participação ativa de todos os envolvidos.

4 O PROBLEMA

A comunidade residente na Vila Basevi caracteriza-se como um grupo social em situação de vulnerabilidade socioambiental. A maior parte das famílias é de baixa renda (classe C, D e E) e, apesar de razoavelmente organizados em uma associação de moradores, muitos não têm acesso a informações básicas sobre a quais políticas públicas podem recorrer para a solução de seus problemas e as questões socioambientais não são discutidas criticamente nem com a profundidade exigida. Pude inferir, por ocasião da primeira reunião na qual participei com os dirigentes da associação, para realização deste trabalho, que suas lutas são em caráter utilitário e imediatista, não existindo, prévia e organizadamente, discussões sobre a complexidade que constitui o seu meio social e ambiental. Entretanto, ficou claro, na mesma reunião, o interesse para o trabalho em parceria com o Estado ou com outras instituições que se manifestarem neste sentido, bem como a disposição para a ação coletiva em busca de soluções para os problemas da comunidade.

Os gestores da Rebio, cientes dos problemas e da premência de resolvê-los, têm clareza (como citado inicialmente) da necessidade de envolvimento dos moradores do entorno da Reserva nos espaços de gestão da área, espaços estes que devem buscar a representação dos interesses de todos esses atores - gestores e comunidade -, de modo a existir uma gestão de fato democrática, integrada e participativa. No entanto, para que esse comprometimento ocorra, é necessária ampla articulação entre os atores envolvidos; para tanto, deve-se aprofundar o diálogo e definir estratégias de aproximação entre os gestores e os comunitários. Vale lembrar que os moradores da vila percebem mais o lado fiscalizatório e repressivo das ações lá realizadas. É necessário também que essa comunidade seja motivada e qualificada por meio de processos educacionais e de práticas pedagógicas que assegurem a participação e a

cooperação nos processos decisórios, o que, certamente, acarretará em melhoria no desempenho institucional e na gestão dessa Unidade de Conservação.

Esses gestores acreditam também que o desenvolvimento de uma oficina de educação ambiental, em conjunto com a comunidade da vila contribuirá para criar espaços de diálogo, participação e cooperação entre esses atores sociais. Tal ideia harmoniza-se com a crença de que a Educação Ambiental pode expandir a consciência cidadã, transformando a relação dos indivíduos com o ambiente no qual vivem, criando um sentimento de co-responsabilização para com o mundo, com os indivíduos e com todos os seres que neste mundo habitam. No entanto, apesar do consenso quanto à necessidade de educação ambiental para a resolução dos problemas ambientais ressalto aqui as palavras de Carvalho:

há muitas divergências e disputas entre diferentes pontos de vista sobre o que fazer, sobre como gerir as questões ambientais, sobre que interesses devem prevalecer na complexa negociação entre os diversos grupo sociais, envolvendo seus projetos e visões de mundo, sobre as necessidades do presente e as expectativas de futuro que podemos construir juntos (CARVALHO, 2008, p.152).

Carvalho alerta também para o fato de que, ao se generalizar a denominação educação ambiental em determinados projetos e programas de ações, pode-se passar uma ideia simplista e uma visão equivocada da própria atividade educativa; neste sentido cabe aqui informar a qual educação ambiental se refere este estudo e em quais conceitos me movo.

Refere-se a uma educação ambiental que “tem uma proposta ética de longo alcance que pretende reposicionar o ser humano no mundo, convocando-o a reconhecer a alteridade da natureza e a integridade e o direito à existência não utilitária do ambiente” (CARVALHO, 2008, p.151). Refere-se, também, a uma Educação Ambiental que:

deve ser dirigida a comunidade, despertando o interesse do indivíduo em participar de um processo ativo no sentido de resolver os problemas dentro de um contexto de realidades específicas, estimulando a iniciativa, o senso de responsabilidade e o esforço para construir um futuro melhor (BRASIL, 1998, p. 18).

Outro conceito que embasa este trabalho está estabelecido no art. 1º da lei nº 9795/99:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

E por último, e talvez mais importante considerando o contexto desta pesquisa, refere-se a uma Educação Ambiental que:

deve proporcionar condições para produção e aquisição de conhecimentos e habilidades, e o desenvolvimento de atitudes visando a participação do cidadão, principalmente de forma coletiva: na gestão do uso dos recursos ambientais; e na concepção e aplicação das decisões que afetam a qualidade dos meios físico-natural e sociocultural (IBAMA, 2002, p. 15).

Por tratar-se de ação educativa voltada para a gestão ambiental de uma Unidade de Conservação federal, ela deve inserir-se no contexto das atividades finalísticas do ICMBio, órgão gestor dessas unidades, e, ao mesmo tempo, inserir-se no contexto das necessidades dos moradores da Vila Basevi. Conciliar esses dois interesses (em alguns casos antagônicos) é um problema e um dos desafios do projeto, pois que são exigidas uma ação educativa e uma mediação que considerem: as múltiplas relações no meio social, os princípios éticos e legais da Administração Pública, a legislação ambiental em vigor, a dialogicidade, a não neutralidade diante da complexidade do processo, a ação conjunta com os atores sociais envolvidos, a sociedade civil organizada e os movimentos sociais (BRASIL, 2002, p. 11). Assim, ação educativa “[...] é o lugar dos pressupostos de qualquer proposta de educação” e “Logo, trata-se de colocar o discurso na prática, mostrando inclusive o quanto esta prática é leal à concepção anunciada” (QUINTAS, 2009, p. 68).

Pelos conceitos e pelas concepções enunciadas, este projeto de pesquisa tem como elemento estruturante os pressupostos da Educação no Processo de Gestão Ambiental, prática educativa desenvolvida desde 1990 no âmbito da extinta Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEAM/IBAMA), qual tem como contexto o espaço da gestão ambiental pública e cuja essência “[...] está em tomar o ato de conhecer como inseparável do ato de agir” (QUINTAS, 2009, p. 60).

5 CONCEITOS ESTRUTURANTES

5.1 O voluntariado

“Voluntário sou multidão. Solidário sou mutirão. Somando com todos aqueles que têm fome e sede de justiça.” Frei Beto

Há cerca de três ou quatro décadas, quando se pensava em trabalho voluntário tinha-se em mente um trabalho assistencialista, filantrópico ou caritativo, movido por motivos religiosos, políticos ou por compaixão pelo próximo. Essa associação de ideias deve-se à própria origem do voluntariado em nível de organização. Foi na Europa pré-industrial que surgiram as primeiras associações de voluntários, formadas principalmente por sindicatos, igrejas e partidos políticos. Essas associações procuravam ajudar as pessoas em situação de miséria, uma vez que o Estado ainda não dispunha de políticas públicas que as atendessem (SELLI; GARRAFA, 2006).

As transformações globais das últimas décadas vêm evidenciando, entre outras mudanças, uma nova conduta tanto de quem pratica o voluntariado como das instituições que se beneficiam desse trabalho. O voluntariado passou a ser uma possibilidade de exercício da cidadania, no qual os indivíduos percebem que podem contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada.

A ação voluntária, ainda que movida por motivações religiosas, emocionais ou filosóficas, dirige-se cada vez mais para a ação cidadã, na qual o voluntário, solidária e civicamente, vem procurando doar seu tempo e seu conhecimento em atividades que gerem transformações qualitativas para o indivíduo e a sociedade (ROMANO FILHO, 2010).

O meio ambiente é uma área na qual o voluntariado vem se consolidando de maneira efetiva. É nesse *locus* que o cidadão vem procurando se engajar cada vez mais e, dessa maneira, contribuindo para amenizar o quadro crescente de deteriorização que, em maior ou menor escala, afeta a todos. Nesse sentido, é crescente o número de instituições da sociedade civil organizada e também do poder

público que contam com o trabalho voluntário na área de proteção e preservação do meio ambiente.

Instituições públicas da esfera federal se beneficiam cada vez mais da parceria com o trabalho voluntário, dividindo responsabilidades, complementando e compartilhando ações referentes à gestão ambiental pública. No entanto, para que tal parceria obtenha sucesso, não basta a solidariedade com a causa ambiental, neste caso é altamente necessário que o voluntário seja capacitado para atuar, qualificadamente, nas questões relativas ao meio ambiente. É aqui que a educação ambiental entra, contribuindo para formar cidadãos capazes de agir individual e coletivamente na defesa do meio ambiente.

5.2 A educação ambiental

*“[...] Todas as pessoas devem gozar do direito à educação ambiental”
Recomendação nº 2 da Conferência de Tbilisi*

Considerando o art. 2º da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, na qual se estabelece que a “educação ambiental é um componente essencial da educação nacional”, vale, então, fazer alguns registros sobre a educação em seu sentido *lato*.

Educação origina-se do vocábulo latino *educare*, ligado a *educere*” que significa “conduzir para fora” (PELICONI, 2004, p. 459). Nesse sentido, compreende-se que educar é possibilitar ao indivíduo o aperfeiçoamento de suas faculdades humanas, levando-o a descobrir o mundo, o que vem ao encontro das conclusões da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, (Comissão coordenada por Jacques Delors e cujo relatório leva o nome o seu nome) o Relatório Delors, elaborado para a Unesco em 1996, no qual são destacadas as seguintes bases para a educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver em conjunto e aprender a ser. (NICOLESCU, 1999, p. 144). Essas são as bases para uma educação humanista, holística e integral do ser humano.

Reforçando essa concepção de educação, Edgar Morin, em seu livro “Os sete saberes necessários à educação do futuro”, listou o que considera fundamental e estruturante para uma nova educação. A Profa. Maria Cecília Focesi Peliconi sistematizou as reflexões de Morin:

1- Ensinar o conhecimento do conhecimento para preparar para o enfrentamento dos riscos de erro e ilusão que parasitam a mente humana, a fim de garantir a lucidez, identificar dispositivos, enfermidades, dificuldades, enfim, conhecer a natureza do conhecimento, suas características cerebrais, mentais e culturais;

2- Ensinar os princípios do conhecimento pertinente, isto é, promover o conhecimento capaz de apreender problemas globais e fundamentais para neles inserir os conhecimentos locais em sua complexidade, em seu conjunto sem fragmentação. Ensinar métodos que permitam estabelecer relações mútuas e as influências recíprocas entre as partes e o todo;

3- Ensinar a condição humana – considerando que a natureza humana é ao mesmo tempo física, biológica, psíquica, cultural, social e histórica. É impossível, pois, conseguir fazer isto por meio de disciplinas separadas;

4- Ensinar que a identidade terrena deve-se tornar um dos principais objetos da educação. Ensinar a história da era planetária que se iniciou no século XVI, com a comunicação entre todos os continentes do mundo. Eles se tornaram solidários, mas assim mesmo as opressões e a dominação devastaram a humanidade e não desapareceram até hoje. É preciso indicar a crise planetária que marcou o século XX mostrando o destino comum de todos os seres humanos;

5- Ensinar a enfrentar as incertezas que surgiram nas ciências físicas, biológicas e históricas, os imprevistos, o inesperado e modificar seu desenvolvimento com as informações adquiridas, abandonando as concepções deterministas;

6- Ensinar a compreensão em todos os níveis educativos e em todas as idades, a partir da reforma das mentalidades enfocando as causas do racismo, da xenofobia, do desprezo com base na educação para a paz, na educação para o futuro;

7- Ensinar a ética do gênero humano, formando as mentes com base na consciência de que o ser humano é ao mesmo tempo indivíduo, parte da sociedade e parte da espécie. Essa tripla realidade deve ser desenvolvida junto com as autonomias individuais e a participação comunitária (PELICONE, 2004, p. 462).

René Daumal (apud NICOLESCU, 1999, p.149) assegura que “uma educação só pode ser viável se for uma educação integral do homem”. Afirma também que a educação tem que se dirigir à totalidade aberta do ser humano e não apenas a um de seus componentes.

As visões de educação acima destacada harmonizam-se fortemente com o sentido de “*educere*” ou “conduzir para fora”, pois visam, por meio dessa integralidade da educação, permitir que o indivíduo apreenda a si e ao mundo, podendo, dessa forma, criticá-lo e transformá-lo.

A educação ambiental, por sua vez, pelo próprio contexto histórico em que surgiu — década de 60 — já incorpora os ideais de uma educação crítica e transformadora do homem em sua relação com o meio ambiente.

Em 1977, em Tbilisi (Georgia, ex-URSS), foi redigido o documento que se tornou referência e estabeleceu princípios para vários outros documentos e tratados sobre educação ambiental, intitulado “Grandes Orientações da Conferência de Tbilisi”. A Educação Relativa ao Meio Ambiente foi escrita na Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, comumente chamada de Conferência de Tbilisi, organizada pela Unesco com a colaboração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA. Nesse documento foram estabelecidos objetivos, características e fundamentos da educação ambiental, tornando-a, a partir daí, conhecida mundialmente e reconhecida como determinante para o aumento da responsabilidade e do compromisso pessoal, social e institucional para com o meio ambiente.

Importantes documentos internacionais tiveram também seus princípios pautados nas recomendações de Tbilisi, a exemplo do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e da Agenda 21 – Capítulo 36 – Promoção do ensino, da conscientização e do treinamento.

A educação ambiental brasileira, por sua vez, também recebeu influência das recomendações da Conferência de Tbilisi. Nossa legislação ambiental, considerada uma das mais avançadas do mundo, reforça essa tese, o que se pode comprovar pela Lei nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, em seu art. 2º, inciso X, ao estabelecer a “educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente”.

A Constituição Federal, por seu turno, preconiza, no art. 225, § 1º, inciso VI, que se deve “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. Já a Lei nº 9.795, de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto 4.281/2002, dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

A citada Lei 9.795/99, em seu art. 4º, incisos I a VIII, traz os seguintes princípios básicos da educação ambiental brasileira:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

II - a concepção do meio em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;

VI - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais e globais;

VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural (BRASIL, 1999).

Como se pode perceber pelos incisos acima citados, a Lei 9.795/99 está em plena consonância com as diretrizes da Conferência de Tbilisi.

Um documento que deve se tornar referência para a EA no âmbito das UCs foi lançado pelo MMA no final de 2010, trata-se da versão final da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental (ENCEA), cartilha que traz:

princípios, diretrizes, objetivos e propostas de ações necessárias à formulação e execução de políticas públicas, programas e atividades de Educação Ambiental e Comunicação voltadas ao (re)conhecimento, valorização, criação, implementação, gestão e proteção das Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais de todas as categorias previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação –SNUC (BRASIL, 2010).

A Encea objetiva a implantação da comunicação e da educação ambiental nos momentos que vão desde a criação, até a implantação e a gestão de UCs. Este último momento compõe-se de vários processos: 1) consolidação territorial; 2) proteção; 3) manejo da biodiversidade e dos recursos naturais; 4) uso público; 5) pesquisa e monitoramento; 6) autorizações e processos de licenciamento; 7) gestão de conflitos socioambientais; 8) gestão participativa; 9) integração com as comunidades; 10) articulação interinstitucional.

Esse documento traz, em sua Diretriz de nº 2, as seguintes orientações:

Consolidação das formas de participação social nos processos de criação, implementação e gestão de UCs

2.1 Democratizar e facilitar o acesso à informação sobre todos os processos e ações relativos à criação e à gestão de UCs, promovendo troca de informações e saberes, com linguagem acessível e voltada aos diferentes públicos envolvidos.

2.2 Promover formas de qualificar o processo de participação das comunidades do interior e entorno em todas as etapas dos processos de criação, redelimitação e mudança de categoria de UC.

2.3 Promover os meios necessários adequados à efetiva participação das populações do interior e do entorno no processo de criação dos conselhos gestores.

2.4 Garantir a elaboração participativa do Plano de Manejo da UC, de suas revisões e monitorias, dando visibilidade à sua implementação e promovendo seu contínuo acompanhamento e avaliação.

2.5 Promover espaços de discussão e de esclarecimento sobre os processos de regularização fundiária de UCs entre órgão gestor, conselho da UC, sociedade civil organizada e outros segmentos envolvidos.

2.6 Fortalecer os conselhos gestores de UCs como instâncias legítimas de participação e controle social na gestão de UCs.

2.7 Promover processos educativos continuados junto aos diferentes públicos envolvidos na gestão de UCs, em especial para as comunidades do interior e do entorno e integrantes dos Conselhos Gestores, contemplando temas técnicos, legais e operacionais relacionados à gestão das UCs.

2.8 Elaborar e implementar programas, projetos e ações de Educação Ambiental, de forma participativa, com base em diagnósticos prévios com as comunidades do interior e do entorno, visando maior envolvimento na gestão das UCs e o empoderamento de lideranças comunitárias, mulheres, jovens e minorias.

2.9 Aproximar a gestão da UC de processos de Agenda 21 Locais, Comitês de Bacias Hidrográficas, Conselhos Municipais de Meio Ambiente, Planos Diretores e outras formas de organização social visando integrá-la aos diversos mecanismos e processos de desenvolvimento local e regional.

2.10 Realizar ampla divulgação dos processos de consulta pública e de estudos técnicos referentes à criação, ampliação ou mudança de categoria de UC, permitindo participação da comunidade do território e do entorno.

2.11 Elaborar e implementar estratégias de Comunicação e EA que valorizem a troca de saberes entre os diferentes segmentos que se relacionam com a gestão da UC e a participação e colaboração dos segmentos locais na sua gestão.

2.12 Construir de forma participativa a comunicação visual da UC e outros veículos de informação e interpretação ambiental (BRASIL, 2010).

Considero importante que, para falar sobre educação ambiental em qualquer espaço, pessoa, grupo ou comunidade, é necessário fazer-se conhecer ou (re)conhecer o que estabelece o art. 225 da Constituição Federal:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988, p.146)

O citado artigo possui seis parágrafos e o parágrafo primeiro subdivide-se em sete incisos, os quais tratam das obrigações que o Poder Público tem para garantir o alcance do disposto. Entre esses itens, o sexto contempla a educação ambiental que, como já visto anteriormente, reforça a necessidade de promoção da educação a todos os níveis de ensino, fortalecendo também a consciência pública para preservar o meio ambiente.

Cabe à educação ambiental provocar reflexões sobre o que está posto no artigo constitucional em questão, de maneira a promover o debate e a participação da sociedade em um assunto que, cada vez mais, necessita que todos se comprometam e contribuam para o enfrentamento dos desafios existentes neste momento civilizatório.

Apesar do preceito constitucional de que todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, a realidade mostra, a todo momento e em todos os lugares, que isso não acontece. A forma como a sociedade está organizada leva continuamente à exclusão social e a cada dia cresce o número de pessoas expostas a condições ambientais precárias e degradantes em alguns casos, chegando a ferir a dignidade humana, conforme comenta Almeida (2000, p. 192):

Os pobres são os usuários contínuos de um meio ambiente degradado, o que significa para eles, doenças, pragas, água insuficiente, calor ou frio, poeira, sujeira, lixo etc. A isso se soma uma infra-estrutura precária, serviços insuficientes ou simplesmente inexistentes, construções medíocres, falta de esgoto, ausência de sistema de coleta de lixo e resíduos [...].

Isso remete à noção de justiça ambiental que identifica a exposição assimétrica aos riscos ambientais como “resultado de uma lógica que faz com que a acumulação de riqueza se realize tendo por base a penalização ambiental dos mais pobres” (ACSELRADI, 2005, p. 222).

O reconhecimento de que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida exige mudança radical de postura por parte daqueles que exploram violentamente os bens ambientais. Mas, não se pode ser ingênuo quanto a isso, pois sabe-se que o “uso comum” implica compartilhamento, inclusão, igualdade e solidariedade. São relações baseadas na justiça social e ambiental e que não fazem parte do mundo de quem vive para explorar, oprimir e excluir visando somente a acumulação de bens materiais.

Neste sentido, a mudança de postura deve ser dos indivíduos e dos grupos sociais que vivem em condições de vulnerabilidade socioambiental: explorados, oprimidos e excluídos. Ante essa realidade cabe à educação ambiental desenvolver com esses cidadãos uma prática educativa inclusiva e permanente que lhes forneça elementos capazes de criar condições para sua transformação e para a transformação de sua realidade.

Retomando ao art. 225 da CF, é com vistas ao equilíbrio do meio ambiente que se impõe “ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”, lembrando que, de acordo com esse artigo, as maiores atribuições são de competência do Poder Público. É o Estado, na qualidade de principal ator na gestão do meio ambiente, que tem a responsabilidade e a obrigação de agir por intermédio de profissionais qualificados e sensibilizados com a questão ambiental. Aqui o comprometimento com a ética e com o socioambiental deve ser a tônica da atuação. Dirigentes e servidores devem, em suas respectivas áreas de atuação, trabalhar como servidores do Estado e não de governos; devem atuar visando à transformação da

realidade do país e não à própria promoção, por meio de marketing pessoal e institucional.

Vale registrar que, em que pese a importância do arcabouço legal que sustenta a EA brasileira, bem como sua institucionalização nas mais diversas esferas públicas, compartilho com a observação de Layrargues (2012):

E fica ainda a dúvida a conferir, se os avanços conquistados no processo de institucionalização da educação ambiental se traduziram em políticas públicas mais consistentes e apropriadas à realidade brasileira, garantindo um ganho de eficácia na gestão pública. Afinal, de nada adianta louvar os avanços obtidos na institucionalização se eles não se converteram em benefícios reais para a sociedade.

5.3 Educação ambiental e voluntariado na gestão ambiental pública

“A vida, desde o seu início há mais de três bilhões de anos, não conquistou o planeta pela força, e sim através da cooperação, parcerias e trabalho em rede”.
Fritjof Capra

As grandes transformações ambientais que o planeta vivencia estão “batendo à porta” de todos e em todos os lugares. Para Morin (apud PETRAGLIA, 2005, p. 72), a crise ambiental é reflexo do que ele denomina de agonia planetária, causada pela “marcha desenfreada das sociedades e civilizações em busca de progresso e desenvolvimento da ciência, da razão e da técnica”.

No Brasil, a crise ambiental se aprofunda e chega de várias formas: secas, enchentes, desertificações, ciclones, entre outros fenômenos que impactam o meio ambiente e o cidadão. Este procura se adequar às situações geradas pela crise, ao tempo que busca soluções que mitiguem seus efeitos. Diariamente aumenta o número de instituições da sociedade civil organizada que atuam mediante o trabalho de cidadãos nas questões ambientais. As instituições públicas, nos âmbitos federal, estadual e municipal, também vêm-se beneficiando com a participação do voluntário.

A oferta de trabalho voluntário, na área ambiental federal, vem aumentando substancialmente. As estatísticas de acesso ao *site* do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) demonstram que uma das páginas mais visitadas ali é a do Programa de Agentes Ambientais Voluntários (PAAV);

nesses acessos a pergunta mais frequente é de que forma o cidadão pode atuar como voluntário naquele Instituto. Cresce também a oferta de trabalho voluntário nas Unidades de Conservação, principalmente nos parques nacionais, nos quais, via de regra, existem programas voltados especificamente para a ação voluntária, a exemplo do programa existente no Parque Nacional da Tijuca no qual o voluntariado é envolvido na gestão e na educação ambiental desse parque.

O serviço voluntário nas UCs federais tem como base o Decreto n. 4.519 de 13 de dezembro de 2002 (baseado na Lei do Voluntário, de nº 9.608/98). De acordo com esse Decreto, o serviço voluntário desenvolvido em Ucs não gera vínculo empregatício e deve ser desempenhado por pessoa física, maior de 18 anos, mediante a assinatura de termo de adesão. Estabelece essa norma que as atividades desempenhadas pelos voluntários devem ser, obrigatoriamente, acompanhadas e supervisionadas por servidores devidamente indicados e habilitados do quadro de servidores da UC (BRASIL, 2002c).

A Portaria nº 19 de 21 de janeiro de 2005, do ICMBio, por sua vez, dispõe sobre a criação de Programa de Voluntariado em Unidades de Conservação no âmbito federal, estadual e municipal, nas categorias previstas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). De acordo com o art. 3º da Portaria nº 19, podem ser objeto do serviço voluntário as seguintes atividades:

- I - manutenção de trilhas, caminhos e áreas de acampamento;
- II - recomposição de áreas degradadas;
- III - combate a incêndios;
- IV - busca, salvamento e segurança do visitante;
- V - pesquisa;
- VI - educação, interpretação ambiental e conscientização da sociedade;
- VII - manutenção de infra-estrutura;
- VIII - monitoramento ambiental;
- IX - manejo de recursos naturais;
- X - agricultura ecológica e agro-silvicultura; e

XI - outras atividades compatíveis com o disposto no Plano de Manejo da unidade de conservação (BRASIL, 2005).

A Portaria acima citada dispõe que a coordenação do Programa Nacional de Voluntariado em UCs seja realizada pela Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), da Secretaria de Biodiversidade e Florestas – SBF do Ministério do Meio Ambiente (MMA), cabendo a essa coordenação, de acordo com o art. 5º, item V da Portaria nº 19, “apoiar as unidades de conservação inscritas no Programa, promovendo cursos de capacitação sobre gestão do voluntariado, bem como produzindo e distribuindo material de apoio”.

A Instrução Normativa (IN) nº 03, de 2 de setembro de 2009, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), fundamentada na Lei nº 9.608/98, no Decreto nº 4.519/02 e na Portaria MMA n. 19/05, estabelece diretrizes, normas e procedimentos para implementação do Programa de Voluntariado no âmbito do ICMBio.

De acordo com a referida IN nº 3, a atividade voluntária em UCs deve ser executada por pessoa física, maior de 18 anos, que possua carteira de identidade ou outro documento público de identificação, além de não apresentar pendências perante órgãos de meio ambiente (BRASIL, 2009a).

O art. 3º da IN nº 19 estabelece que o serviço voluntário será desenvolvido nas Unidades Descentralizadas (UDs), sejam UCs ou Centros de Pesquisa, e que abará as linhas temáticas sobre manejo para conservação; pesquisa e monitoramento; gestão socioambiental; uso público e negócios; consolidação territorial; produção e uso sustentável e proteção ambiental.

À Coordenação Geral de Proteção Ambiental (CGPRO), compete a coordenação e a supervisão do Programa Nacional de Voluntariado, cabendo a ela também, entre outras responsabilidades, a orientação e a supervisão das UD's quanto à execução das ações do Programa, a criação do Cadastro de Voluntários do ICMBio, a recepção dos Planos de Trabalho e das UD's e o envio destes para as diretorias responsáveis.

Como se pode observar, a legislação voltada para o trabalho voluntário em Unidades de Conservação fortalece as atividades previstas na Lei do SNUC, à medida que essas instrumentalizam a participação comunitária e cidadã na gestão das UCs, ao tempo que possibilita a aproximação entre as UCs e a sociedade, em geral e entre elas e as comunidades do seu entorno, em particular.

Como exposto, o trabalho voluntário, além de civismo, generosidade e solidariedade, exige competência tanto humana quanto técnica. Notadamente, na gestão ambiental pública, necessita-se de voluntariado com conhecimentos ambientais específicos que contemplem as dimensões social, econômica, ecológica e cultural, características da sustentabilidade ambiental.

A ação educativa de capacitação do participante em programas de voluntariado para atuar na gestão ambiental pública encontra, na educação ambiental, os meios e as estratégias pedagógicas para a formação dos quadros de voluntários, de modo a torná-los aptos a contribuir efetiva e afetivamente na construção de um novo modelo de sociedade, visando aos legítimos interesses humanos de solidariedade, equidade e justiça socioambiental.

A capacitação de comunitários para atuar como voluntários na gestão ambiental pública, deve contemplar também os conceitos e os princípios da Ecologia, não somente como técnicas de gerenciamento dos recursos naturais mas também como novo padrão de comportamento dos seres humanos diante da natureza e de todos os seres.

6 OBJETIVOS

Para que se possa conhecer a realidade e agir para transformá-la, é necessário percorrer um caminho no qual existem condições objetivas e subjetivas, adversas ou não, ligadas à disponibilidade de recursos humanos e financeiros, de apoio político, infraestrutura, relações interpessoais, demanda da comunidade, entre outros. Essas condições podem ser fatores limitantes ou estimulantes do processo de educação e gestão ambiental (QUINTAS, 2009). Considerando toda essa situação, este trabalho tem os seguintes objetivos:

6.1 Objetivo geral:

- Estimular a participação comunitária na Vila Basevi, visando à identificação e à busca de soluções de problemas socioambientais, assim como à gestão participativa na REBio da Contagem – DF.

6.2 Objetivos específicos:

- Facilitar o diálogo entre a comunidade da Vila Basevi e os gestores da REBio da Contagem;
- Identificar os principais problemas socioambientais existentes na comunidade;
- Verificar o potencial de mobilização da comunidade para atuação com o trabalho voluntário na gestão da REBio da Contagem.

7 METODOLOGIA

“A pesquisa-ação obriga o pesquisador de implicar-se. Ele percebe como está implicado pela estrutura social na qual ele está inserido e pelo jogo de desejos e de interesses de outros. Ele também implica os outros por meio do seu olhar e de sua ação singular no mundo”. **René Barbier**

Como já exposto anteriormente, uma das características mais importantes da educação ambiental é a possibilidade de estimular o indivíduo e a comunidade para a verificação e a solução de problemas socioambientais, estimulando-os a agir cívica e ativamente na e para a gestão ambiental. Nesse sentido, as possibilidades de investigação existentes na pesquisa-ação e na pesquisa participante vêm ao encontro do projeto desta pesquisa, uma vez que essas metodologias não só permitem como exigem a participação ativa dos atores envolvidos, a descrição de situações concretas, a intervenção e a “ação orientada em função da resolução de problemas efetivamente detectados nas coletividades consideradas” (THIOLLANT, 2000, p. 9). A escolha dessas metodologias deu-se também porque elas permitem e até recomendam que o pesquisador desempenhe papel ativo durante o desenvolvimento dos trabalhos,

atuando efetivamente na realidade da comunidade pesquisada. Segundo o autor pesquisa-ação é uma estratégia metodológica na qual:

- Há uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada;
- Desta interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta;
- O objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação;
- O objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada;
- Há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação;
- A pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o “nível de consciência” das pessoas e grupos considerados (THIOLLANT, 2000, p. 9).

Hall (apud DEMO, 2008, p. 93), descreve a pesquisa participante como “atividade integrada que combina investigação social, trabalho educacional e ação”. Para Demo esse tipo de pesquisa objetiva principalmente “a transformação estrutural fundamental e a melhoria de vida dos envolvidos”. Marcela Gajardo (1986, p. 45) lista os principais aspectos do processo de uma pesquisa participante:

- São baseados nas necessidades de grupo social e politicamente marginalizados. Seu objetivo é o de trabalhar com os grupos excluídos, em situações comuns de trabalho e estudo e trocar informações para colaborar na mudança das condições de dominação. Procura realizar este objetivo em colaboração com grupos relativamente homogêneos, do ponto de vista social e local.
- O ponto de partida, o objeto e a meta da pesquisa participante são o processo de aprendizagem dos que fazem parte da pesquisa. Suposições teóricas não são examinadas. Pelo contrário, o trabalho científico é entendido como contribuição prática para a transformação social, como contribuição à democratização. Incentiva-se uma tomada de consciência dos grupos sociais marginalizados, em relação à sua situação e necessidades, para que estas possam melhorar, mediante a organização e a ação política.
- Ao invés de se manter distância entre o pesquisador e o grupo que vai ser examinado, tal como se exige nas ciências sociais tradicionais, propõe-se a interação. Isso significa, para o pesquisador, trabalhar, talvez viver, no grupo

escolhido, a fim de elaborar perspectivas e experimentar ações que perdurem, inclusive depois de terminado o projeto.

- No desenrolar do estudo, aspira-se a uma comunicação o mais possível horizontal entre todos os participantes. Isso pressupõe que as metas e o desenvolvimento do projeto não sejam previamente determinados, mas que se elaborem com a intervenção de todos os participantes e que, no decorrer da pesquisa, possam ainda ser mudados.
- Utiliza o diálogo como meio de comunicação mais importante no processo conjunto de estudo e coleta de informação. Tenta, por isso, desligar-se da linguagem das ciências sociais, acessível somente aos iniciados. Sustenta que a ciência exerce poder e que a informação e o conhecimento são suscetíveis de manipulação, com o fim de legitimar situações de dominação ou criar estados de dependência.

A opção pela pesquisa-ação e pela pesquisa participante tornou obrigatório o uso de metodologias participativas em todo o processo desta pesquisa, entendendo metodologias participativas como “uma série de abordagens e ferramentas utilizadas para a obtenção de informações, reflexão sobre as condições ambientais e sociais locais aprendizado e fortalecimento local” (DRUMOND, 2009, p. 31). Assim, as publicações “Educação Ambiental e gestão participativa em Unidades de Conservação”, (Ibama, 2005) e “Técnicas e Ferramentas Participativas para a Gestão de Unidades de Conservação”, (MMA/ARPA, 2009), bem como o livro “Metodologias participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais”, publicado pela Editora Peirópolis em 2005, foram documentos que nortearam e subsidiaram fortemente esta pesquisa.

7.1 Etapas metodológicas

7.1.1 Contexto – A Vila Basevi

Na primeira reunião na sede da Associação Comunitária dos Moradores da Vila Basevi (ACMVB), estiveram presentes alguns dirigentes dessa Associação bem como alguns moradores mais antigos. Estes relataram que a origem da Vila Basevi remonta a década de 70 quando as primeiras famílias lá se instalaram para trabalhar na usina de beneficiamento de asfalto que existia, e ainda existe, na região: a Fábrica de Asfalto Basevi. O nome da vila, diferentemente da lenda urbana que diz tratar-se de uma “Base VI” que existia na usina, deve-se ao sobrenome do francês Guy Norbert Basevi, dono da usina de asfalto.

Após 40 anos, a Vila Basevi ainda não é servida de asfaltamento, (apesar da sua origem dever-se justamente a uma fábrica de asfalto), nem de esgotamento sanitário, duas das principais demandas da comunidade que ali vive. Com uma área total de 41.864 hectares, lá vivem cerca de 1.600 pessoas. Possui uma escola que atende ao ensino fundamental, um posto de saúde, cerca de seis igrejas evangélicas, um centro espírita e uma igreja católica. O comércio local é composto por dois mercados, uma panificadora e alguns bares. A ACMVB disponibiliza para a comunidade um salão comunitário.

O Governo do Distrito Federal, visando à legalização das comunidades ainda não regularizadas, vem desenvolvendo o Projeto Integrado de Regularização por meio do qual promove um conjunto de levantamentos, estudos e projetos baseados em leis federais e distritais. De acordo com o Projeto Integrado de Regularização da Vila Basevi, realizado em junho de 2011, existe na vila uma população de 1.583 habitantes, dos quais 21,2% são crianças, 19% são adolescentes, 56,1% são adultos e 3,7%, idosos. Existem 299 chefes de família nessa comunidade: 146 do sexo feminino e 153 do sexo masculino, o que demonstra uma equidade de gênero nesse quesito. Quanto aos níveis de escolaridade desses chefes de família, observou-se que: 3,8% são analfabetos; 7,7% apenas sabem ler e escrever; 32,8% possuem o ensino fundamental incompleto e 8,4% concluíram o ensino fundamental; 12,5% possuem ensino médio incompleto e 25,7% ensino médio completo; 4,1% possuem ensino superior incompleto e o mesmo percentual concluiu o nível superior; o restante não soube informar. Os dados socioeconômicos levantados para esse projeto evidenciaram que as famílias residentes na Basevi pertencem às classes C, D e E. Essa pesquisa demonstrou também que a maioria dos moradores são proprietários e moram em seus lotes (84%); 12,6% informaram que o imóvel é alugado e o percentual restante informou que mora em imóvel “cedido”.

Essa vila encontra-se em terreno da União e é considerada área de interesse social, por isso é tutelada pelo Governo do Distrito Federal. É subordinada administrativamente à Região Administrativa de Sobradinho – RA 5, cidade satélite do DF que, como quase todas as cidade satélites do Distrito Federal, está cercada por condomínios e loteamentos, em sua maioria irregulares, nos quais residem

representantes de todas as classes sociais; existem condomínios de ricos e de pobres, todos afetando negativamente o meio ambiente.

A comunidade é relativamente organizada. A ACMVB conseguiu, no segundo semestre de 2009, mobilizar cerca de 500 moradores (de um total de cerca de 1.583 segundo dados levantados em 2010) para protestar contra a proibição de asfaltamento de 2 km da estrada que liga a DF-001 à vila. Esse protesto teve ampla cobertura da mídia do DF e chamou a atenção para parte dos problemas existentes na comunidade.

Segundo Jurandir Brandão Filho, ex-presidente da ACMVB, a comunidade da Vila Basevi é ordeira e pacífica, e muito raramente ocorrem atos de violência em seu interior. Para ele “é fácil trabalhar coletivamente, devido à própria característica dela, é pequena e todo mundo se conhece [...]” Para essa liderança os problemas existentes atualmente na comunidade são principalmente: falta de saneamento básico, deficiência na coleta seletiva de lixo e no esgotamento sanitário, deficiência de transporte coletivo, falta de asfalto ou pavimentação dos 2.400 metros que dão acesso à comunidade, entre outros. Isso, segundo opinião do dirigente, deve-se principalmente à omissão dos órgãos públicos: “o que temos aqui é a ausência do Estado” disse-me por ocasião da reunião na sede da ACMVB no dia 5/2/11.

Corroborando o acima exposto, durante a minha segunda visita à vila, no dia 5 de fevereiro de 2010 (um sábado), pôde ser observada uma atitude louvável da enfermeira chefe do posto de saúde da vila, Aldirene. Ela estava na varanda da Associação de Moradores “trabalhando” com uma exposição de bazar e brechó. Na ocasião ela me informou que a renda advinda da venda de roupas e objetos expostos seria utilizada para adquirir materiais para o posto de saúde. Exemplo clássico da deficiente presença do Estado naquele lugar e, por outro lado, bonito exemplo de uma atitude solidária, voluntária e cidadã daquela enfermeira.

7.1.2 Participantes

A pesquisa desenvolveu-se principalmente no contexto da Vila Basevi, os sujeitos da ação educativa foram lideranças comunitárias (formais e informais),

lideranças das principais instituições religiosas existentes na comunidade, a comunidade escolar e demais comunitários residentes na vila, selecionados e/ou indicados pela própria comunidade ou, em alguns casos específicos, a convite desta pesquisadora. Dada a característica da ação pedagógica utilizada, estabeleceu-se como critério de participação na ação educativa duas condicionantes: o pertencimento à comunidade da Basevi e a idade. Características como gênero e escolaridade, apesar de importantes não foram solicitadas porque a intenção era contemplar o maior número possível de interessados em participar da pesquisa.

Outros atores sociais envolvidos no processo da pesquisa, a exemplo de gestores da Rebio, servidores da Coordenação de Educação Ambiental do ICMBio, dirigentes de ONGs e associações do entorno da Reserva, entre outros, também foram considerados participantes da pesquisa, uma vez que estiveram presentes em maior ou menor grau, em diversas etapas da pesquisa.

7.2 Procedimentos

Para alcançar o objetivo desta pesquisa, tornou-se imperioso primeiramente conhecer a realidade da comunidade onde a ação seria executada. Nesse sentido foi preciso estudá-la por meio de algumas estratégias e procedimentos comuns à pesquisa-ação tais como: observação participante, registro de campo (ambos ocorreram ao longo de todos os procedimentos), oficina e teatro-fórum.

A gravação em áudio e vídeo foi um dos instrumentos adotados em alguns momentos da pesquisa como, por exemplo, durante a realização da oficina quando foi solicitado aos presentes a permissão para que se registrasse o processo em vídeo e fotos. Inicialmente pretendi usar o gravador durante as conversas mantidas com os moradores; no entanto, quando era pedida permissão para ligar o gravador percebi, em alguns interlocutores, certo constrangimento ou mesmo o fim da espontaneidade. Assim ficou abolido o uso do gravador em todos os contatos.

Apesar de não estar elencada como um dos procedimentos adotados nesta pesquisa, procurei, na qualidade de pesquisadora/educadora, me apropriar da noção de Escuta-Sensível para utilizá-la em minha comunicação com os sujeitos da pesquisa.

Para Barbier (2007), a escuta sensível se apoia na empatia, reconhece a aceitação incondicional do outro, não julga, não mede e não compara. Nela existe compreensão sem, no entanto, adesão às opiniões ou identificação com o outro, com o que é declarado ou praticado. Assim procurei agir.

Os procedimentos adotados constaram também de reuniões com os gestores da UC, da ACMVBe da comunidade da Vila Basevi; foi realizada coleta de informações documental nos acervos da ACMVB, na mídia impressa e televisiva, na internet, na memória oral, entre outros. O diálogo com a comunidade foi uma constante durante todo o período da pesquisa, porque acredito, como Bordenave (1994) que o diálogo é a força que leva as pessoas a participarem. Paulo Freire (2010, p. 96) reforça essa afirmação quando diz que a dialogicidade pautada no amor, na humildade e na fé nos homens traz como consequência a confiança de um polo no outro. Diálogo significa mais do que conversa, significa alteridade e compreensão de pontos de vista diferentes, respeito a opiniões divergentes, compartilhamento de experiências e partilha de informações; o resultado do diálogo é o consenso, e consenso, longe de ser unanimidade e pensamento único, é principalmente a soma do pensamento e da participação de todos, convergindo para o que é melhor para o todo.

7.2.1 A observação participante

A opção pela observação participante deu-se principalmente porque esta exige e permite um conhecimento real da vida da comunidade. Gil (2009, p. 103) define a observação participante como “a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo”. Este autor informa que esse tipo de participação pode se dar de duas formas: natural, quando o pesquisador pertence à comunidade que investiga, e artificial, quando o pesquisador se integra à comunidade que pretende observar. Para Gil, o pesquisador optante pela observação artificial pode deparar-se com mais problemas do que o que assume a observação natural, isso porque deverá encarar o risco de se declarar como observador “ou se tentará a integração no grupo utilizando disfarce”. Entretanto, Barbier (2007, p. 127) entende que desde o início é preciso declarar-se abertamente como observador, pois caso contrário, se incorreria em risco maior de perda de confiança por parte da comunidade observada.

A decisão de morar na Vila Basevi e poder participar de diversas atividades lá existentes (festas, cultos religiosos, reuniões da associação comunitária, etc.) e o fato de declarar, para todos os interlocutores da Vila como observadora participante facilitou muito a inserção e a interação desta pesquisadora com a comunidade. A partir do momento em que comecei a partilhar de seu cotidiano, de certa forma tornei-me parte daquela coletividade, o que certamente me facilitou o acesso a dados e informações públicas e, em alguns casos, até privadas, disponíveis na comunidade. Apesar de ser um privilégio, isso implica grande responsabilidade, pois o ato de observar leva a análise e reflexão, o que remete à etimologia dessa palavra que também significa testemunhar, respeitar e obedecer. Observar envolve também questões de natureza ética e exige profundo respeito pelas relações sociais das quais todos são copartícipes, de modo a continuar sendo merecedores da confiança depositada no trabalho em desenvolvimento.

7.2.2 O diário de campo

O diário de campo foi a ferramenta que utilizei para o registro da observação. Esse diário era um caderno que carregava comigo e no qual procurei anotar aquilo que considerava importante ou necessário para minha pesquisa. Anotava algumas vezes frases soltas dos interlocutores, as quais colocava entre aspas para depois resgatá-las de forma mais sistemática. Após cada conversa procurava anotar de forma a registrar também meus sentimentos e impressões sobre aquela pessoa ou sobre a conversa como um todo. Constam também desse diário os dados e as informações que obtive por meio de consultas em artigos de jornais (impressos e virtuais) e documentos diversos.

Posso afirmar que esse instrumento de pesquisa foi bastante válido e importante para o presente trabalho, pois permitiu o resgate de informações importantes não só no final da pesquisa como durante toda ela, uma vez que era consultado sempre que havia alguma dúvida sobre determinadas situações já vivenciadas e devidamente anotadas.

7.2.3 A Oficina

“Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.” Paulo Freire

Durante a apresentação de meu projeto para a banca de qualificação, após demonstrar os instrumentos e os procedimentos metodológicos que seriam utilizados, a Profa. Vera Catalão deu a seguinte sugestão: “foca na oficina”, diante de meu olhar ansioso ela insistiu: “é no trabalho da oficina que você poderá alcançar seus objetivos”. A partir daí meus esforços para o desenvolvimento da pesquisa foram no sentido de somar minha experiência como educadora ambiental ao conhecimento da comunidade da Vila Basevi, com vistas a elaborar uma oficina que, baseada na análise da realidade dessa comunidade, permitisse uma troca de experiências e saberes entre todos os atores sociais envolvidos. Tudo isso visando a efetivamente construir um novo conhecimento e um novo saber que permita, como objetiva a oficina, a identificação, a análise e a busca de soluções para os problemas ambientais existentes na comunidade.

Deste modo, respaldada no que Barbier denomina de pesquisa-ação existencial, procurei me envolver (implicar-me, diria Barbier) fortemente na estrutura social da Vila Basevi, buscando também a interação e o envolvimento de todos os atores potencialmente interessados nesse projeto; posso afirmar que nesse processo eu não estava *na* Vila Basevi, eu estava *com* a Vila Basevi.

Visando a um diagnóstico sobre essa comunidade eu já vinha ao longo do projeto, coletando dados que permitissem conhecer melhor essa coletividade. Assim, como já existiam informações sobre contexto político, lideranças religiosas, lideranças comerciais, moradores mais antigos, tipos de comércio e instituições religiosas existentes, dados socioeconômicos e demográficos, posto de saúde, escolas etc.; precisava, agora, identificar e retirar desse contexto parceiros e atores específicos para o desenvolvimento da oficina. Para tanto, participei de reuniões com representantes das seguintes instituições envolvidas com a realidade social da Vila: Associação Comunitária de Moradores da Vila Basevi; Centro Espírita Caminho da Luz (CECAL); Igreja São Vicente de Paula; Igreja Batista Congregação Vila Basevi; Centro de Ensino

Fundamental (CEF) Carlos Mota Lago Oeste; Escola Classe Vila Basevi; Coordenação de Educação Ambiental do Instituto Chico Mendes (CEAC/ICMBio) e Rebio da Contagem/ICMBio. O caminho percorrido até a concretização da oficina constou de várias reuniões, muitos telefonemas, troca de e-mails, ajustes a agendas e interesses diversos, no entanto situações estas já esperadas na medida em que

os pesquisadores não são neutros nem passivo. Sem desconhecem a presença dos interesses, devem conquistar suficiente autonomia, com inevitáveis “negociações”, para terem condição de aplicar regras de uma metodologia de pesquisa que não se limite a uma satisfação circunstancial das expectativas dos atores (THIOLLENT, 2000, p. 94).

Apesar de estar ciente das dificuldades que encontraria, em alguns momentos sentia vontade de desistir de tudo o que só não ocorreu porque à medida que crescia o envolvimento dos comunitários eu me sentia mais estimulada a continuar e a realizar meu sonho, que agora também era deles.

Após muita discussão e troca de ideias, o que desde o início era denominando de oficina acabou, por consenso, recebendo a denominação de Plano de Ação Para Gestão Ambiental Participativa (anexo). Vale lembrar que, como metodologia e estratégia prevista em meu projeto de mestrado, esse Plano foi submetido também à apreciação de minha orientadora, Dra. Cláudia Pato, e de meus colegas da disciplina Atividades Programadas que apresentaram algumas sugestões posteriormente agregadas.

Reproduzo abaixo a parte referente à programação da oficina (a íntegra do Plano se encontra nos anexos) seguida de meus comentários e algumas considerações sobre a sua concretização.

Programação

Carga horária: 9 horas

Período: 8, 9 e 11 de dezembro de 2011

DIA 08/12/11 – quinta-feira – das 20 h às 23 h

- Apresentação do tema e dos participantes; credenciamento
- Estabelecimento de “acordos de convivência” — Dinâmica de sensibilização
- Formação do grupo de comentaristas
- Exposição do presidente da ACMVB, Ismael Araújo Santos, sobre o Projeto Urbanístico para a Vila Basevi. Debate.
- Exposição do chefe da Rebio da Contagem, Grahal Benatti, sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, ICMBio e REBio da Contagem. Debate.
- Intervalo (15 minutos)
- Exibição do Clip “Canção da Terra” e do vídeo “Rancho Fundo”
- Exposição da pesquisadora, Magnólia Barros sobre conceitos de problemas, conflitos e potencialidades ambientais; gestão ambiental participativa; participação comunitária e cidadania. Debate.
- Fala da comunidade sobre os conceitos adquiridos por meio das exposições antecedentes.
- Apresentação dos comentaristas
- Avaliação do dia
- Informes para o dia seguinte

DIA 9/12/11 – sexta-feira – das 20h às 23h

- Dinâmica de sensibilização
- Exibição do vídeo “A Lei e a Vida”
- Análise do texto “Saber cuidar”, de Leonardo Boff
- Formação do grupo de comentaristas

- Formação dos grupos para o estudo de caso: Identificação de problemas, conflitos ou potencialidades ambientais da Vila Basevi.
- Intervalo (15 minutos)
- Apresentação das conclusões dos grupos
- Apresentação dos comentaristas
- Debates seguidos de encaminhamentos
- Avaliação do dia
- Informes para o dia 11/12 (teatro fórum)
- Encerramento

DIA 11/12/11 – domingo às 11h

- Teatro-fórum
- Debates e encaminhamentos

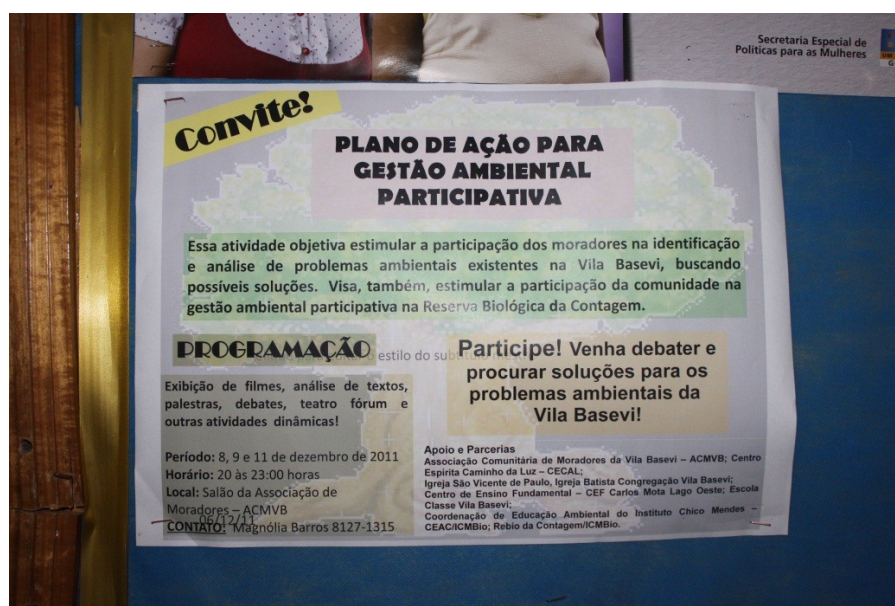


Figura 3 — Cartaz de divulgação da oficina
Fonte: foto Claudia Lins

A oficina, programada inicialmente para começar às 20 horas, iniciou às 21 horas. Isto gerou alteração na programação, mas nada que afetasse substancialmente a proposta do trabalho. Vale lembrar que a maleabilidade, e não a rigidez, é uma das características da pesquisa-ação. Assim, Catalão e Rodrigues (2006, p. 26) referindo-se ao método em pesquisa-ação, alertam para a necessidade de se estar sempre disponível para modificar as técnicas e mesmo o rumo das estratégias traçadas na pesquisa, tendo em vista novas informações recebidas e acontecimentos imprevistos. Segundo essa autora “a improvisação diante do movimento do real é parte constitutiva desse método”.

Após fazer a apresentação da proposta de trabalho, solicitei aos presentes que informassem seus nomes, tempo de moradia na vila e expectativas sobre a oficina. A quantidade de pessoas presentes no primeiro dia do evento, cerca de 40 (ver lista de presença anexa) foi considerada, para fins dessa pesquisa, bastante positiva. Após a apresentação dos comunitários, o representante da REBio, sua exposição.

Na qualidade de mediadora dessa oficina informei que dúvidas, esclarecimentos e intervenções poderiam ser efetuados durante a fala do expositor, isso porque a apresentação ficaria mais dinâmica, interativa e dialogada como, aliás, deve ser um encontro dessa natureza.

Como essa oficina permitiu o primeiro encontro da comunidade da Vila Basevi com gestores da REBio, (os encontros ocorridos antes foram mantidos com algumas lideranças) o que se viu no primeiro momento foi o desabafo de uma comunidade carente por ser ouvida por quem, segundo essa própria comunidade, na fala do presidente da Associação de Moradores “aqui só vêm prá canetar, não se aproximam da comunidade para conversar”, fala esta corroborada de certa forma pelo representante do ICMBio: “nós nunca tivemos a oportunidade de conversar cara a cara”.

A exposição do representante da REBio foi bastante dialogada, informativa e competente, as informações que ele trouxe para discussão há muito tempo deveriam

estar sendo compartilhadas; sua participação foi tão apreciada que os presentes lhe solicitaram uma cópia de sua apresentação para compor o acervo da ACMVB.

Nessa noite discutiram-se os principais problemas socioambientais existentes na comunidade: o primeiro problema abordado – ou talvez cobrado, porque a comunidade atribui essa responsabilidade ao ICMBio -, foi a pavimentação da via de acesso à vila. Em seguida houve um grande debate sobre os papéis e responsabilidades de cada ator envolvido com esse assunto. Discutiu-se também a necessidade da regularização da vila, da definição do projeto urbanístico, da possibilidade de retirada de 12 famílias que encontram-se em local irregular no entorno da comunidade. Um problema fortemente discutido foi a necessidade da drenagem pluvial, até porque há cerca de uma semana antes dessa oficina ocorreu uma chuva torrencial na região ocasionando queda de muros de algumas residências, alagamentos e prejuízos para alguns moradores. A falta de saneamento básico e o conseqüente transbordamento de fossas com todos os malefícios que isso ocasiona para a comunidade também foram amplamente discutido.

O representante da REBio, por seu turno, demonstrou os impactos sofridos pela Reserva na região próxima à vila, devido às ações antrópicas. Segundo esse analista, tais impactos não são necessária ou rigorosamente causados pela comunidade da vila; trata-se de incidência de fogo nas proximidades dos caminhos usados dentro da Rebio; do assoreamento das nascentes; da contaminação dos lençóis freáticos; dos resíduos sólidos depositados no interior da Reserva, etc. O debate suscitado por esses assuntos foi muito esclarecedor para todos ali presente. (Figuras 5 e 6)

Vale registrar que minha exposição destinada a tratar dos conceitos de problemas, conflitos e potencialidades ambientais, gestão ambiental participativa e participação comunitária e cidadania foi “diluída” ao longo da apresentação do representante da Rebio, pois entendi que seria melhor fazer intervenções ao longo da sua exposição, no momento em que cabia expor exemplos de casos, observações e maiores esclarecimentos e também na medida em que esses temas iam surgindo no debate. Essa opção, além de contemplar o proposto na programação, ocasionou ganho de tempo e se mostrou bem mais dinâmica, interativa e enriquecedora para o debate. (Figura 7).

A avaliação desse primeiro dia de oficina foi bastante positiva, mesmo tendo avançado muito além do prazo previsto para o fim. O fato de ninguém ter saído do recinto (salão comunitário da Associação de Moradores) no horário previsto na programação foi um “termômetro” que demonstrou o interesse de todos pelos assuntos debatidos, o clima de confraternização no lanche servido ao final também evidenciou a boa sintonia resultante desse encontro.



Figura 4 — Primeiro dia da Oficina – Abertura dos trabalhos
Fonte: foto Claudia Lins



Figura 5 — Exposição do representante da REBio
Fonte: foto Claudia Lins



Figura 6 — Comunitário interagindo com o representante da REBio
Fonte: foto Claudia Lins



Figura 7 — Comunidade se manifestando
Fonte: foto Claudia Lins

A exemplo do primeiro dia, as atividades do segundo dia de oficina também iniciaram com atraso. Como se pode verificar na lista de presença (anexa) houve diminuição considerável dos participantes nesse segundo dia, possivelmente por ser uma noite de sexta-feira e também pelo fato de a presença, na noite anterior, de um interlocutor da REBio para interagir com a comunidade ter sido uma novidade bem mais atraente. Mais uma vez, na qualidade de coordenadora dessa oficina, fiz a apresentação da proposta de trabalho e um resumo dos trabalhos do dia anterior. Após

todos terem se apresentado formaram-se dois grupos, respectivamente com seis e sete membros cada um, com vistas à execução da atividade denominada “Estudo de Caso sobre um problema, conflito ou potencialidade ambiental”. De acordo com o roteiro (anexo) distribuído nos grupos, o estudo de caso é uma técnica de trabalho em grupo recomendado para realização de análise detalhada e objetiva de uma situação real pesquisada. O “caso” naquele trabalho, deveria ser um problema, um conflito ou uma potencialidade ambiental real existente na Vila Basevi ou em seu entorno.

O objetivo desse estudo em grupo foi permitir aos participantes a identificação dos principais atores sociais envolvidos, suas formas de organização, seus interesses e os conflitos potenciais e explícitos existentes em problemas, conflitos ou potencialidades ambientais identificados. Vale registrar que, a exemplo da noite anterior, os participantes foram informados sobre os conceitos de problema e conflito ambiental utilizado nesta pesquisa, que são respectivamente, de acordo com Carvalho e Scotto(1995):

situações onde haja risco e/ou dano social/ambiental e não haja nenhum tipo de reação por parte dos atingidos ou de outros atores da sociedade civil face ao problema [e] situações onde há confronto de interesses representados por diferentes atores sociais, em torno da utilização e/ou gestão do meio ambiente.

Apesar do número reduzido de participantes, aquele foi um momento de rica troca de informações e conhecimento entre os treze comunitários ali presentes e entre eles e esta pesquisadora. Ao se debruçarem sobre seus problemas, eles trouxeram à tona reminiscências históricas da Vila Basevi, abordaram temas caros à sua existência nessa comunidade, identificaram e responsabilizaram os atores públicos e privados, assumindo também sua *mea culpa* quando se viram, em alguns casos, responsáveis, omissos ou coniventes com alguns dos problemas ambientais ali identificados.

As discussões do dia anterior já levantaram uma série de problemas ambientais que, de uma forma ou de outra, afetam os moradores da Vila Basevi. No entanto, foi nesse estudo de caso realizado no segundo dia da oficina que eles diagnosticaram o que consideram o principal problema socioambiental existente na Vila Basevi: a falta de saneamento básico. Principal porque esse problema afeta de todas as formas e indiscriminadamente todos os moradores da vila. De acordo com os dados preenchidos

nos formulários distribuídos (anexos), foram sistematizados para este trabalho, as conclusões do estudo de caso realizado com os dois grupos:

O principal problema socioambiental existente na Vila Basevi é a falta de saneamento básico. Esse problema ocorre em toda a comunidade, desde a sua criação, agravando-se nos períodos de chuva, época em que as fossas transbordam com maior frequência. Os principais riscos e efeitos sobre o meio físico natural e sobre a qualidade de vida das pessoas afetadas pelo problema são a contaminação do lençol freático, comprometendo a saúde da população e o agravamento do problema com o descaso dos órgãos competentes.

Os atores sociais da esfera não estatal envolvidos com o problema são a Associação Comunitária de Moradores da Vila Basevi (ACMVB), entidades religiosas atuantes na vila, empresários locais, moradores e imprensa. A forma de organização para enfrentar o problema constitui no trabalho conjunto da Associação de moradores e das entidades religiosas. A associação age como negociadora e denunciadora, via Ministério Público e imprensa. Toda as vezes que a imprensa foi acionada ela se posicionou de forma positiva.

Os atores sociais da esfera estatal envolvidos com o problema são o Ministério do Meio Ambiente (MMA), IBAMA e ICMBio, a Secretaria de Meio Ambiente-GDF, CAESB que faz a captação de água no local, e por isto deveria ter mais cuidado e responsabilidade com a destinação dos dejetos; o IBRAM e a ADASA. Existe negligência e omissão de todos os órgãos públicos envolvidos com o problema por terem conhecimento técnico sobre o problema e não fazerem absolutamente nada. O discurso presente nos órgãos da esfera estatal é: a Vila está dentro de um polígono intocável. Existe a necessidade da participação de mais agentes públicos, como a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), o Ministério Público (MP), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o envolvimento de entidades educacionais.

Uma possível solução para o problema seria a instalação, em todas as residências, de fossas sépticas ou sistema de esgotos; com isto a comunidade deixaria de sofrer com doenças patogênicas e o meio ambiente deixaria de ter o lençol freático e o solo contaminados. Um prognóstico negativo para a resolução do problema

acarretaria aumento da contaminação do lençol freático e a falta de credibilidade da população nos órgãos públicos envolvidos com a questão. Uma perspectiva otimista para a resolução do problema seria a regularização e a urbanização da vila com a consequente melhoria da qualidade de vida da população.

No dia 11 de dezembro, durante a reunião anual da ACMVB, houve a oportunidade de se “referendar” o resultado desse estudo de caso. Nessa reunião havia cerca de 60 pessoas e tive a oportunidade de conversar e expor meu trabalho e o que já havia sido feito até o momento. Solicitados a opinar sobre o fato de o grupo de estudo entender que o maior problema ambiental da comunidade é a falta de saneamento básico, a quase totalidade dos presentes levantou a mão, concordando com esse resultado.

A metodologia do Estudo de Grupo previa que cada grupo definisse um nome para si, escolhesse um coordenador e um relator para os trabalhos; os dois grupos de trabalho foram, então, assim constituídos:

Grupo 1 – “Esperança”

Componentes:

Aline Gonçalves (coordenadora)

Marcelo Santana (relator)

Adler Macedo

Daniel Trindade

Marivaldo Santana

Francisco Bastos



Figura 8 — Componentes do Grupo 1 – “Esperança”
Fonte: foto Claudia Lins

Grupo 2 – “Amigos da Basevi”

Componentes:

Nilvaneide Araújo

(coordenadora)

José Falcão (relator)

Eva Pereira de Sousa

Jonas Pereira Bastos

Felipe Gonçalves

Sabrina Soares



Figura 9 — Componentes do Grupo 2 – “Amigos da Basevi”

Fonte: foto Claudia Lins



Figura 10 - Filhos dos comunitários, em atividades lúdicas durante a oficina

Fonte: foto Claudia Lins

7.2.4 O teatro-fórum

“Ser cidadão não é viver em sociedade, é transformá-la”. Augusto Boal

O teatro-fórum, a exemplo do teatro invisível, do teatro jornal e do teatro imagem, é uma técnica teatral do sistema de Teatro do Oprimido, criado no final da década de 60 por Augusto Boal. O teatro do oprimido permite que os problemas da comunidade sejam representados e debatidos por todos da própria comunidade. Nele, o espectador, ao invés de sujeito passivo, passa a ser o protagonista, atuando no espetáculo como um ator social.

No teatro-fórum a encenação é realizada com base em fatos reais. Nesse tipo de teatro, o papel do coringa – diretor/mediador/facilitador, figura imparcial e devidamente preparada para conduzir o processo – é entrar em cena para estimular a participação dos expectadores, buscando alternativa para a solução do problema encenado; ao entrar em cena o espectador passa a ser o espec-ator. No teatro fórum não existem barreiras entre a plateia e os atores, ao contrário, o diálogo é encorajado pelo coringa e os telespectadores são incentivados a participar na construção coletiva do desenrolar e da conclusão do que é encenado.

A semelhança entre o *modus-operandi* do teatro fórum e a pedagogia do oprimido não é mera coincidência. Boal e Paulo Freire foram contemporâneos, ambos desenvolveram seus trabalhos no mesmo contexto histórico e acreditavam na possibilidade de o cidadão transformar-se e transformar o mundo. O legado de ambos tem uma dimensão pedagógica comum que visa à transformação da realidade social vigente. Andreia Egas (www.teatrofmoura.org/index.pnp) entende que a interface do teatro fórum com a pedagogia do oprimido se dá na medida em que ambos pretendem:

- Averiguar a situação vivida pelos participantes;
- Analisar as origens da causa da situação, incluindo fontes internas e externas da causa da opressão;
- Explorar soluções em grupo para esses problemas;
- Agir para mudar a situação decorrente dos preceitos da justiça social.

Essa postura crítica, investigativa, atuante e transformadora que se provoca e se espera-se do espec-ator leva-o a se apropriar do problema encenado com uma nova visão ou consciência, como atesta Paulo Freire (1983, p. 116): “Quanto mais assumam os homens uma postura ativa na investigação de sua temática, tanto mais aprofundam a sua tomada de consciência em torno da realidade e, explicitando sua temática significativa, se apropriam dela”.

A opção metodológica pelo teatro fórum deu-se pelas razões acima expostas e também por esta ser uma ferramenta que democratiza o ato educativo pois o espetáculo ocorre no âmbito da comunidade como um todo: pode ocorrer em uma escola, uma praça, um salão comunitário, uma igreja ou, até mesmo, um teatro. A

estas razões soma-se o fato de que a Coordenação de Educação Ambiental do ICMBio, por meio da arte educadora laiá Floresta, vem trabalhando com o teatro-fórum como método de gestão e mediação de conflitos nos diversos eixos temáticos (desmatamento, pesca e caça predatória, zona de exclusão, disputas pelas áreas produtivas, plano de utilização X SNUC, etc.) de atuação do ICMBio e se disponibilizou a apoiar esta pesquisa no desenvolvimento do teatro fórum com a comunidade da vila.

Inicialmente previsto para ocorrer no dia 11 de dezembro, dois dias após a realização do estudo de caso que identificou o principal problema ambiental da vila, essa ação teve que ser adiada, tendo em vista a necessidade de maior tempo para mobilizar a comunidade. Essa mobilização é bastante necessária, uma vez que o teatro-fórum é um dos momentos previstos para a socialização do resultado da pesquisa, e é quando a comunidade terá oportunidade de se manifestar, opinar e buscar as soluções para o problema apresentado.

Um momento forte de interação e socialização dos resultados da oficina, ocorreu durante a reunião anual da associação de moradores. Como afirmado anteriormente, estavam presentes nessa reunião cerca de 60 associados que, após tomarem conhecimento sobre a pesquisa e o estudo de caso, ouviram atentamente as explicações da arte educadora laiá Floresta sobre o teatro-forum. A isto seguiu-se um debate interessante e a adesão espontânea de alguns presentes para atuar como expectatores.

Dada a impossibilidade da realização do teatro-fórum na data inicialmente marcada, novos contatos foram efetuados e, em consonância com a agenda dos envolvidos, a apresentação do teatro-fórum foi prevista para ocorrer na 2ª quinzena de abril. Embora seja frustrante para esta pesquisadora, não será possível apresentar o resultado da participação comunitária durante a encenação do fórum, pois, nessa data acordada, a presente dissertação de mestrado, objetivo dessa pesquisa-ação, já terá sido defendida. No entanto, como afirmam Catalão e Rodrigues (2006, p. 28), essa que é mais uma característica da condição humana revelada pela pesquisa-ação: a consciência da impermanência:

Reconhecer-se como inacabado ou como obra aberta causa certo desconforto pelo sentimento de insegurança e imperfeição que sentimos. Entretanto são

atitudes fundamentais para o rigor e abertura científica na pesquisa-ação. Compreendemos que consciência da impermanência é para a percepção humana o espelho do fluxo de mudanças presentes na Vida.

8 RELATÓRIO “MEMORIAL” CONSUBSTANCIADO

8.1 “Por que você não vem morar aqui?”

A bibliografia especializada nos principais conceitos que norteiam esta pesquisa no que se refere a pesquisa-ação e pesquisa participante ressaltam a expectativa muito positiva sobre a possibilidade de o pesquisador conviver ou com-viver com a comunidade sujeito do seu trabalho. A possibilidade e a experiência de morar na Vila Basevi, ora relatada, apresentou-se mais fortemente por meio de uma pergunta feita por um morador dessa vila: “por que você não vem morar aqui?” Ao me fazer essa pergunta, o Dorival (mas conhecido por Doriva) me instigou a refletir de fato sobre essa possibilidade.

Doriva me recebeu em sua casa no dia 15 de outubro, sábado. Como este, os outros contatos com os demais moradores também ocorreram nos finais de semana ou à noite, tendo em vista a necessidade de adequar nossa agenda à disponibilidade da agenda da comunidade. Nossa conversa (escrevo conversa porque apesar de haver um roteiro com perguntas para uma entrevista semiestruturada utilizei esse roteiro somente para me nortear em alguns momentos do diálogo, deixando, na maioria das vezes, a conversa fluir de acordo com o interesse do meu interlocutor) iniciou-se quando, seguindo os trâmites acadêmicos, mas também seguindo o meu coração, relatei meu projeto de pesquisa.

Essa foi a primeira vez que expus os objetivos da pesquisa para um membro da comunidade; já o havia feito em outras reuniões com gestores da REBio, no ICMBio, em reuniões com a anterior e a atual gestão da Associação de Moradores. Conversar com o cidadão, ir além do trato ou das relações institucionais é muito bom, dialogar, trocar ideias sobre uma proposta de trabalho em que procurei deixar naturalmente claro, desde o início, que apesar de ser um trabalho acadêmico, com seus ritos

obrigatórios, havia também a intencionalidade e a possibilidade efetiva e afetiva de por meio deste, poder beneficiar a comunidade.

Nesse primeiro contato e nos outros que se seguiram com outros comunitários, procurei deixar claro o meu papel de observadora participante tendo em vista inclusive ser essa uma exigência técnica e metodológica da pesquisa-ação, a qual permite, desde o início, que o observador obtenha maior confiança da comunidade (BARBIER, 2007, p. 127). Desse modo, procurava deixar claro que estava ali para desenvolver uma pesquisa acadêmica mas que esta não se dissociava, ao contrário, estava imbricadamente envolvida com a minha experiência profissional, de educadora ambiental do ICMBio. Ressaltava também, em todos os contatos efetuados, a necessidade do envolvimento e da participação comunitária no desenvolvimento do trabalho em questão, uma vez que um dos pressupostos da pesquisa-ação é a participação coletiva.

A conversa com Doriva foi bastante agradável e proveitosa, permeada por um delicioso cafezinho servido por sua esposa. Suas observações ao longo do diálogo, foram bastante pertinentes, o que de certa forma eu já esperava, pois, como informei a ele, seu nome estava em minha lista de contatos por se tratar de uma liderança jovem e atuante na comunidade. Morador há cerca de 10 anos na Basevi (sua esposa mora há 14 anos), quando começamos a falar sobre as ações do ICMBio, ele falou imediatamente “é repressiva e ostensiva” e “quero saber como o teu projeto vê isso..” Expliquei-lhe, então, que entre os objetivos do projeto estão facilitar o diálogo entre a comunidade da Vila Basevi e os gestores da Rebio e Identificar os principais problemas socioambientais existentes na comunidade. A isso ele retrucou: “as demandas da comunidade devem ser apoiadas”. Saí de sua casa satisfeita com o resultado de nossa conversa e, de certa forma, “contaminada” por sua pergunta: “Por que você não vem morar aqui?”

Quinze dias após meu encontro com o Doriva, 31 de outubro, fiz minha mudança para a casa que aluguei na Vila Basevi; após alguns dias de procura, encontrei, na casa 6 da Rua 3, o espaço ideal para eu morar durante os três meses em que pretendia ficar na Vila desenvolvendo minha pesquisa. Os quinze dias que antecederam minha

mudança, foram um período de negociação em várias instâncias: pessoal, comercial e familiar.

No âmbito pessoal, ficava me indagando se era de fato necessário mudar para a vila, se esse interesse era mesmo motivado pela premência da pesquisa em si ou se não seria a vaidade que me movia. A negociação comercial deu-se com o Sr. Edmundo, locador da casa onde eu pretendia morar; como ela estava à venda e não para aluguel, tive de convencê-lo de que seria interessante também para ele que eu ficasse na casa enquanto ele não a vendia. Comprometi-me a ser “mulher propaganda” de sua residência, caso alguém aparecesse interessado em comprar a casa durante o período em que eu estivesse lá. Interessante é que isso funcionou não só como argumento de persuasão como também de fato minha presença na casa (dois meses após eu estar lá) contribuiu efetivamente para a sua venda: recebi um interessado na compra e mostrei a casa para ele, referindo-me elogiosamente a todo o local. Resultado: casa vendida.

Com a família houve uma aceitação imediata por quase todos, mas não é muito fácil (com toda a implicação administrativa e afetiva que isto traz) deixar casa, filhos, secretária do lar, cachorros e gatos e ir morar em outro lugar. No entanto, na tarde do primeiro dia da minha mudança, tive clareza da necessidade e da importância para a minha pesquisa de minha presença em tempo integral na Vila Basevi.

Devidamente instalada fui dar uma volta pelos arredores; ao perguntar para algumas pessoas onde se fazia caminhada na vila, fui informada de não haver um lugar específico para isto. A caminhada é feita geralmente nas ruas da própria vila, onde, principalmente no período chuvoso (como é o caso desse mês) o jeito é sair desviando-se de buracos, lama, carros e esgoto! Caminha-se também pela estrada que dá acesso à DF 001; no entanto, nessa época de chuvas, isso se torna quase impraticável devido à grande quantidade de buracos e lama na estrada. Nos primeiros dias de estadia na Basevi, a prática da caminhada foi uma forma de conhecer as ruas e algumas pessoas da comunidade, momentos nos quais eu pude observar lugares, cantos e encantos dessa vila que, durante os dois meses em que lá estive, mudaram bastante a minha forma de ver e estar no (e com) o mundo.

A exemplo do Doriva, algumas pessoas foram fundamentais no processo desenvolvido nesta pesquisa; nesse sentido, acredito que cabe relatar com maior profundidade o contato que tive com algumas delas:

PADRE VIRGÍLIO – Pároco da Igreja São Vicente, comunidade católica da Vila Basevi. Meu contato com Padre Virgílio deu-se pela indicação do Sr. Wilson, presidente da Associação de Produtores Rurais do Lago Oeste (ASPROESTE). Durante uma reunião que tive com ele e a Sra. Regina, membro da Associação Amigos do Lago Oeste, ele me indicou o Padre Virgílio como uma referência na comunidade da vila. Por telefone celular fiz o primeiro contato com o padre; ele, apesar de estar fora de Brasília para um procedimento médico, mostrou-se bastante interessado em meu projeto de pesquisa e solicitou que eu o enviasse via e-mail para que ele pudesse reenviá-lo para o pároco que o estava substituindo e para outras pessoas do seu convívio na paróquia.

A partir desse momento teve início uma parceria importante para a minha pesquisa; minha presença em algumas missas e a troca de ideias com alguns paroquianos deu-me acesso inclusive à palavra ao microfone durante uma missa para divulgar meu trabalho e convidar os presentes a participar da oficina que ia ser realizada na comunidade.

Nessa ocasião vivenciei um dos momentos mais emocionantes e gratificantes de minha experiência na Basevi: em sequência à minha fala, o Padre Virgílio fez uma verdadeira homilia na qual chamou a atenção dos presentes para o fato de que a preocupação com a questão espiritual está também ligada com a preocupação e o cuidado com a questão ambiental. Deixou claro que a espiritualidade, mais do que religiosidade, envolve valores éticos e morais e que somos todos, individual e coletivamente, responsáveis pelo que fazemos ou deixamos de fazer pelo meio ambiente. Chamou a atenção para o fato de muitos acharem que a responsabilidade ambiental deve ser somente das instituições governamentais e, portanto, se omitirem da sua própria responsabilidade. Concluiu reforçando o convite para que os presentes apoiassem meu projeto e participassem ativamente do processo da oficina. Ainda nessa noite pude perceber a verberação das palavras do padre, porque, ao final da

missa, muitos vieram me procurar, querendo mais informações sobre o trabalho que eu estava desenvolvendo com a comunidade da Basevi.

SENHOR JOSÉ ARTEIRO – Um dos momentos mais prazerosos e gratificantes que tive durante todo o trajeto de minha pesquisa ocorreu quando conheci o seu José Arteiro e sua família. Em vários momentos de minha investigação sobre nome de moradores antigos na comunidade, seu nome surgia como pessoa de referência a ser contatada. Assim, em uma manhã de outubro, bati no portão de sua casa (um terreno pequeno que os moradores da Vila chamam de “chácara do Zé Arteiro”) que fica no final da Basevi. Fui recebida inicialmente por seu filho Eli, a quem expliquei o motivo de minha visita e a intenção de conversar/entrevistar o seu pai. Fui convidada a entrar e sentar numa confortável varandinha de sua casa, enquanto foram chegando a matriarca da família, Dona Antônia, e seu marido, Seu Zé Arteiro. No decorrer da conversa, chegaram seus filhos Hermes e Meire e, no final da conversa, o filho mais novo, Hélio.

Descrevi meu projeto de pesquisa e à medida que surgiam temas como trabalho voluntário, proteção ambiental e participação comunitária, Eli fazia intervenções sobre a importância e a necessidade desse tipo de ação na Basevi. Elogiou a atuação dos brigadistas no âmbito da Rebio como um todo e na vila em particular. Fez uma observação interessante sobre a necessidade de se desenvolver o trabalho voluntário na BASEVI: “A atuação dos brigadistas aqui na Vila dá visibilidade para o IBAMA e o ICMBio; as pessoas daqui podem também ser preparadas para trabalhar voluntariamente para a proteção ambiental deste lugar. Quando tem queimadas nessa região, as pessoas, mesmo sem capacitação, já ajudam no combate ao fogo. Precisa capacitar o voluntário para trabalhar também com a questão do lixo”.

A conversa transcorria agradável e dentro do roteiro estabelecido pela entrevista; discutimos sobre a atuação do ICMBio e a relação desse órgão com a família e seu terreno, gestão comunitária, problemas ambientais, etc. No entanto, a partir de uma fala de Dona Antônia (ela falou a palavra “aperreada”) perguntei-lhe: “A senhora é cearense?” Ante a resposta afirmativa, disse-lhe que eu também era cearense e contei-lhe a história da vinda de minha família para Brasília. Nesse momento, parece que estabeleceu-se uma espécie de cumplicidade entre mim e essa família; a forte

semelhança entre a trajetória de vida da família do Seu José Arteiro e a minha permitiu que, a partir desse momento, nossa conversa passasse a ser uma troca mais verdadeira ainda sobre nossas histórias, sentimentos e expectativas sobre a vida. Dona Antônia passou a contar, em detalhes, a história de sua família; mostrou-me com orgulho uma pesquisa de uma aluna da UnB na qual sua história é contada.

A história da família de Dona Antônia confunde-se com a história da própria Vila, pioneira neste lugar no qual mora há mais de 40 anos, onde criou seus filhos, construiu sua casa e, conforme me disse com alegria, plantou cada árvore existente ao seu redor (são muitas, diversas e algumas enormes; a varanda onde estávamos é cercada por um verde maravilhoso). Guerreira, sustentou inicialmente a família servindo marmitas para os peões que trabalhavam na fábrica de asfalto Basevi. Aqui também a história de minha família se assemelha à dela: no final da década de 60, minha mãe também cozinhou para alguns peões que trabalhavam no acampamento onde morávamos. Algumas coincidências (ou sincronicidade) fizeram-nos rir muito. Quando contei sobre a chegada de minha família, em 1968, na Rodoviária de Brasília (constante em meu memorial, no início deste trabalho), Seu Zé Arteiro contou um fato muito parecido quando eles chegaram aqui em 1970. Os laços de confiança estabelecidos, requisito fundamental para uma pesquisa-ação, permitiram um diálogo profundo e profícuo, também leve, alegre e cordial, no qual todos os interlocutores saíram, independentemente do resultado final da pesquisa, beneficiados.

EVA – A precariedade do serviço de transporte público que atende a Vila Basevi é um dos problemas sociais que a comunidade residente na vila enfrenta. Por conta disso, é necessário (deveria ser comum) o estabelecimento da carona solidária entre os seus moradores. O trajeto de cerca de 2,5 km entre a Vila Basevi e a DF – 001 é feito muitas vezes a pé por moradores que não dispõem de carros e que, cansados de esperar por ônibus dentro da vila, caminham até aquela rodovia para usar outros meios de transporte passam pelo Lago Oeste. É comum também a carona desde o entrocamento do Posto Colorado até a Vila Basevi, cerca de 6 km de distância.

Por essa dificuldade, desde que me mudei para a Vila Basevi me acostumei a oferecer carona para os moradores que se encontravam nas paradas de ônibus, tanto

no percurso de ida como no de vinda para a Basevi. Numa dessas paradas tive a oportunidade de conhecer a Eva, ao lhe oferecer carona para a vila. Mulher simples, alegre e comunicativa, moradora na vila há 13 anos, participa ativamente das lutas dos moradores por melhores condições de vida.

Em nosso primeiro encontro, contou-me com orgulho que participou do movimento que fechou a DF-001, ateando fogo em pneus, em protesto contra a proibição do ICMBio ao asfaltamento da via de ligação à vila. Mostrou-se bastante interessada em minha pesquisa e colocou-se, desde o primeiro momento, à disposição para contribuir no que fosse necessário. Sua maior preocupação é com a pouca participação dos moradores nos movimentos reivindicatórios por melhorias para a Basevi: “as pessoas querem melhorias por aqui, mas não se organizam para que isso aconteça. Se depender só do governo nunca vamos sair do lugar em que estamos [...]”. Seu sentimento de pertencimento a esse lugar é muito forte e, portanto, sente-se responsável por ele.

Moradora na mesma rua que eu, convidou-me a acompanhá-la qualquer domingo na ida à missa. Aceitei o convite e fomos à missa no domingo seguinte; foi muito interessante o passeio, a pé, pelo trajeto de nossa rua até a igreja. Durante o percurso conversamos bastante sobre os problemas que íamos encontrando no caminho: lixo, buracos, alguns esgotos transbordando [...] e ela sabiamente me disse: “isso aqui é problema de todo mundo, ninguém resolve nada sozinho”. Durante a missa, no momento de saudação aos presentes, ela me procurou, deu-me um forte abraço e me disse: “Seja bem-vinda irmã, sucesso pra sua pesquisa”. Muito obrigada, Eva.

PASTOR ODAIR JOSÉ – Procurei o pastor Odair, numa quarta-feira antes da realização do culto na Igreja Batista da Vila Basevi. Apresentei-me a ele e fiz um breve histórico sobre meu projeto de pesquisa; ele me ouviu com bastante atenção, deu-me seu endereço de e-mail para que eu enviasse meu projeto por escrito e gentilmente convidou-me a entrar na igreja e participar do culto. Durante o culto fui solicitada a me apresentar aos participantes e me senti muito bem recebida por todos os presentes; após a pregação, o pastor informou a todos o objetivo da minha presença ali e os estimulou a me apoiarem no meu trabalho. Participei de outros cultos em outras

ocasiões e em uma delas me disponibilizaram o microfone para que eu pudesse falar um pouco sobre minha proposta de trabalho e convidá-los a participar da oficina que estávamos organizando; alguns membros dessa congregação religiosa contribuíram bastante durante o processo de realização dessa oficina, a exemplo da Madalena, do Felipe e da Sabrina.

MARIVALDO SANTANA – Mora há 8 anos na vila, mas, como ele mesmo diz: “conheço bem toda essa região, trabalho por aqui há 15 anos”. Marivaldo é servidor do IBAMA e desde 91 vem atuando na área de coordenação e treinamento de brigadistas desse Instituto. Liderança na vila e entre os brigadistas, foi responsável pela presença de vários deles durante a realização da oficina. Meu primeiro contato com ele se deu na sua casa, onde tivemos a oportunidade de, por meio de uma longa e agradável conversa, da qual participaram sua esposa Rogelma, sua nora e seu filho Marcelo, trocar ideias sobre nosso trabalho enquanto servidores de órgãos ambientais federais, sua dupla inserção na comunidade (como brigadista do IBAMA e cidadão morador da Vila) e as formas de enfrentamento dos problemas ambientais existentes na REBio e na comunidade.

Marivaldo, a exemplo da família do Seu Zé Arteiro, também tem clareza do potencial colaborativo que a comunidade da Vila Basevi tem em atuar junto com os gestores da REBio. Como tem acesso aos gestores da Reserva, falou-me que costuma conversar com esses dirigentes, alertando-os para que se aproximem mais da comunidade. Ele entende também que “se a comunidade receber capacitação, poderá contribuir mais para a proteção da Reserva” e denuncia: “Vejo nos finais de semana dezenas de ciclistas circulando no interior da REBio e aprontando na área das cachoeiras; não são moradores da Basevi, são universitários, alguns moradores da Asa Norte e de outras áreas aqui por perto”. Acredita no potencial do trabalho voluntário existente na vila principalmente em função da grande quantidade de jovens existentes na comunidade.

Ser recebida na casa do Marivaldo, conversar com sua família, foi um momento muito gratificante para mim. Saí de lá com muitas informações e feliz pela promessa e pela disponibilidade de apoio que ele manifestou para a minha pesquisa. Promessa

essa que se concretizou por oportunidade da realização da oficina, quando ele, em todos os dias, participou de forma proativa e bem humorada, como lhe é costumaz.

MARCELO SANTANA – Conheci Marcelo, vice-presidente da Associação de Moradores, durante a primeira reunião que tive com os dirigentes da ACMVB, ocasião em que ele ainda não era integrante da diretoria da associação. Filho de Marivaldo, é brigadista do IBAMA e vem atuando como uma liderança jovem nessa comunidade. Faz severas críticas à forma de atuação dos gestores da REBio no trato com a comunidade da Basevi. Para ele, a falta de aproximação e maiores contatos com a comunidade acarreta desconhecimento dos seus reais problemas, ao mesmo tempo em que gera certa antipatia e desconfiança por parte da comunidade que só toma conhecimento do lado repressor desses gestores.

Por ocasião da realização da oficina, durante os debates sobre a necessidade de pavimentação da via de acesso à vila e a postura dos técnicos da REBio, ele desabafou: “Deram um parecer baseado em livros, nunca vieram aqui”. Entende em profundidade dos problemas socioambientais de sua comunidade; seu trabalho de conclusão de curso para obtenção do título de tecnólogo de nível superior em Gestão Ambiental Urbana, versa justamente sobre o “Esgotamento Sanitário da Vila Basevi, Sobradinho – DF: propostas de soluções”. Durante a realização da Oficina, presenteou-me com um exemplar, caprichosamente encadernado, de seu trabalho, o qual certamente servirá como embasamento para minhas conclusões e recomendações finais desta pesquisa.

SENHOR JOÃO E DONA MARIA – Donos do “Restaurante Dona Maria”, único da vila, nesse restaurante eu almocei quase todos os dias durante minha permanência na vila. Percorrendo o caminho de minha casa até o restaurante, eu vivenciava com mais intensidade os problemas vividos pela comunidade. Durante o almoço, seu João e eu costumávamos conversar sobre questões gerais do DF, principalmente estimulados pelo noticiário dos programas jornalísticos veiculados no horário de almoço aos quais assistíamos em uma TV colocada estrategicamente à vista dos clientes. Nossa conversa girava mais em torno da falta de segurança e da violência crescente, da

deficiência na saúde pública e na educação, temas recorrentes “degustados” no horário de almoço televisivo.

Moradores há 14 anos na vila, conhecem muito os outros moradores; foi seu João que me sugeriu uma lista de nomes de pessoas mais antigas moradoras da comunidade. São bastante preocupados com os problemas ambientais existentes na comunidade, principalmente porque é nesse ambiente que estão crescendo seus netos “aqui não tem lugar seguro para as crianças brincar, basta a senhora dar uma olhada aí na frente pra ver as condições da rua”, falava-me, apontando para a rua em frente ao restaurante.

Ficaram muito felizes quando intermediei o contato entre eles e a jornalista Conceição Freitas, o que ocorreu quando essa jornalista estava fazendo uma matéria denominada “Fora do Plano”, veiculada às quintas-feiras no Correio Braziliense. Pedi a permissão deles para a jornalista fotografar o restaurante, eles e seus netos, como parte de uma reportagem sobre a Vila Basevi. Esta reportagem (anexa) também faz uma referência a minha pesquisa nessa comunidade. Aprendi a ter carinho e respeito por esse casal de batalhadores, senti-me nutrida e cuidada não só pela comida deliciosa que eles preparam, mas também pelo carinho e atenção que tiveram comigo durante minha estadia na Basevi.

ISMAEL – Posso afirmar com segurança que sem o apoio do Ismael, tanto pessoal quanto na qualidade de presidente da Associação de Moradores, dificilmente esta pesquisa poderia ter sido realizada. Sua atuação como presidente da ACMVB permitiu-me acessar a infraestrutura existente na associação, contatar moradores e lideranças, acessar, por intermédio da ACMVB, outras instituições públicas e privadas interessantes para o projeto de pesquisa.

Tivemos longas conversas na sede da associação e também em minha casa na vila, quando ele me procurava com o intuito de desabafar sobre as dificuldades existentes na lida de gerir uma associação de moradores. Cobranças dos associados, falta de apoio político, recursos parcos para a realização das atividades comunitárias, etc. são problemas que, segundo ele, desgastam e desestimulam a liderança

comunitária. Chamou-me a atenção o fato de ele não se reportar pejorativamente a ninguém; ao contrário, sempre teve uma palavra elogiosa quando se referia aos moradores da vila. Durante a realização do primeiro dia da Oficina, suas intervenções trouxeram excelentes contribuições ao debate.

Importante também registrar que nem todas as relações foram amistosas, cordiais e agradáveis como as acima relatadas. Algumas pessoas contatadas (muito poucas) foram bastante arredias e indisponíveis ao diálogo; mesmo sem saber de suas motivações, respeitei-as, porque já sabia de antemão que essa era uma situação provável de ser vivenciada. Esta lista poderia continuar ainda com muitos nomes com os quais tive o privilégio de compartilhar histórias de vida, lembrando aqui Almir Sater, quando ele diz que “Cada um de nós constrói a sua história, cada ser em si carrega o dom de ser capaz, de ser feliz”. Posso até estar sendo injusta com alguns, por não partilhar minha convivência com eles neste espaço, mas creio que já alcancei meu objetivo de (a)mostrar os tipos de relações e interações que mantive com os comunitários durante minha estadia na Basevi.

9 CONSIDERAÇÕES

Esta pesquisa pretendeu, por força de seus objetivos geral e específicos, dar visibilidade aos problemas socioambientais existentes na Vila Basevi, procurando respostas e soluções coletivas para a resolução desses problemas. Patrus Ananias, na apresentação da Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009b) diz que, a partir do momento que damos visibilidade aos problemas, temos também de encontrar respostas para eles, construindo soluções, estabelecendo referências e abrindo caminhos para alternativas. Conforme pode ser verificado mais abaixo, acredito que este trabalho pode abrir caminhos para algumas alternativas ao problema evidenciado.

A preocupação dos moradores da Vila Basevi com a falta de saneamento básico naquela comunidade é uma preocupação legítima (Figuras 11 e 12), o saneamento

básico é um direito humano universal e fundamental para assegurar a qualidade de vida dos cidadãos. Moreira (2002) traz os dados seguintes:

No que se refere ao esgotamento sanitário, embora a população incorporada seja significativa, os indicadores de coleta de esgotos ainda são insatisfatórios (pelo menos 39 milhões de pessoas ainda não têm acesso a este serviço) e os de destinação e tratamento de esgotos são sofríveis. Apenas 10% do total de esgotos produzido recebem algum tipo de tratamento, ou seja, 90% são despejados *in natura* nos solos, rios, córregos e nascentes, constituindo-se na maior fonte de degradação do meio ambiente urbano e de proliferação de doenças infecciosas e parasitárias.



Figura 11 - “Dedo na ferida” - moradores mostrando fossa negra vazando dejetos na rua
Fonte: fotos da autora



Figura 12 - Esgoto caseiro a céu aberto
Fonte: fotos da autora

A Organização das Nações Unidas (ONU) lançou, por ocasião do Dia Mundial da Água em 22 de março de 2011, declaração na qual consta que o aumento constante da população que vive em centros urbanos e a falta de acesso seguro a água potável e a sistemas de saneamento básico nas cidades são fatores de preocupação permanente. Esse documento evidencia que quem não tem acesso ao saneamento básico são os que vivem marginalizados, excluídos e discriminados, explicando o fenômeno como resultado de decisões políticas que deslegitimam as suas existências e perpetuam o estado de pobreza. Isso remete mais uma vez à questão da justiça ambiental que, de acordo com Acselradi (2005, p. 224), constitui-se de um conjunto de princípios e práticas que:

- Asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas;
- Asseguram acesso justo e equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país;
- Asseguram amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito;

- Favoreçam a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso.

Conforme dado relevante divulgado recentemente pelo Instituto Trata Brasil e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), de acordo com a pesquisa “Benefícios econômicos da expansão do saneamento básico”, o acesso à rede de esgotos pode valorizar o preço de um imóvel em 18%. Somados à vantagem dos benefícios para a saúde e o meio ambiente, o benefício econômico pode ser um grande estímulo à participação comunitária na luta pela implantação do saneamento básico.

A Lei nº 11.445/2007 que trata das diretrizes nacionais para o saneamento básico, traz em seu art. 2º os princípios fundamentais desse direito, dos quais destacam-se os seguintes:

III – Abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV – Disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado; e

X – Controle social (BRASIL, 2007b).

O item III da referida lei, citado acima, aponta para o fato de que os quatro componentes básicos do saneamento básico - abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo dos resíduos sólidos e manejo das águas pluviais - estão intrinsecamente ligados à questão da saúde pública e à proteção do meio ambiente. Isto faz coro à preocupação dos comunitários da Vila Basevi, uma vez que a falta de saneamento básico, ao alterar as condições do meio ambiente, afeta também as condições de saúde dessa comunidade. A notícia abaixo reflete bem o que ocasiona o descaso relacionado ao saneamento básico:

Adauto, Maurícia e Denifer morreram no final de semana passado, num intervalo de 24 horas. Na quinta-feira, morreu Francisco. Outras seis pessoas estão internadas em UTIs, com os mesmos sintomas. São vítimas da misteriosa doença que assusta Brasília. Seu nome ainda não foi revelado, mas a causa é certa e conhecida: pobreza. Variável constante na vida delas, a falta de saneamento (TEREZA CRUVINEL. JORNAL O GLOBO, 30/05/04 apud SOUZA, 2006).

Relatos da chefe do Posto de Saúde da Basevi, citada no início deste trabalho, dão conta de que as principais causas de procura a esse Posto de Saúde são justamente as doenças ocasionadas pela falta de saneamento básico, as quais, de acordo com essa enfermeira, são: verminose, doenças respiratórias, doenças diarreicas, herpes, amebíase, entre outras. Ao ser informada sobre o resultado da oficina, ela foi enfática: “se apontaram isso, estão sabendo o que eles querem, estão sabendo o problema, sabem do que estão falando [...]”. Ela também sabe.

Importante registrar que a falta de saneamento básico na Basevi não afeta somente os moradores dessa comunidade, uma vez que haja contaminação do solo e do lençol freático pela proliferação de vetores e microorganismos patogênicos causadores de doenças (SANTANA, 2006). Toda a região de Sobradinho que recebe a água captada pela CAESB de dentro da Rebio, também poderá ser afetada. Não foi por acaso que um dos motivos para a criação da Reserva Biológica foi a existência e a necessidade de proteção das nascentes e dos córregos responsáveis pelo abastecimento de água potável para a cidade de Sobradinho.

O item IV da Lei de Saneamento Básico refere-se à obrigatoriedade de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais. Exemplos recentes e assustadores da falta que essas ações ocasionam ocorreram na Vila Basevi; na primeira semana de dezembro, por ocasião de uma chuva torrencial, muros foram derrubados e várias casas dessa vila foram inundadas, o que ocasionou sérios prejuízos às pessoas afetadas. Esse fato foi amplamente coberto pela mídia local, a Defesa Civil foi acionada e alertou para a necessidade de se efetuar o serviço de drenagem nessa localidade. Sem querer ser alarmista nem porta-voz de Pandora (aquela cujo mito a relaciona com os males que assolam a Terra), lembro que a cada ano os estragos ocasionados pelos efeitos da chuva na Vila Basevi são maiores e, caso não se tome nenhuma providência que mitigue ou impeça esses alagamentos, nos próximos anos poderão ocorrer

prejuízos de outras montas. Reforça esse alerta a informação do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) da ONU, o qual alertou recentemente para o fato de que toda a humanidade corre o risco crescente de ter eventos climáticos extremos (furacões, estiagens longas, tempestades, enchentes caudalosas, ressacas, geadas, vendavais) cada vez mais violentos e devastadores.

Outro princípio fundamental que a Lei de saneamento traz em seu art. 2º, item X, é a necessidade do controle social. Vale lembrar que o controle social ocorre quando existe integração da sociedade com a administração pública e quando existe participação social na gestão pública. No caso da comunidade da Basevi, esse controle é quase inexistente, principalmente no que se refere à integração dessa comunidade com a gestão da REBio; falta conectividade entre ambos e, apesar de necessário e urgente, ainda não se estabeleceu o compartilhamento de responsabilidades para se potencializar as ações de gestão dessa Reserva no espaço da Basevi. Durante a realização da oficina, o representante da REBio foi claro: “a gente espera que o momento de construção do conselho seja a oportunidade de ouvir a comunidade”, no entanto acredito que a comunidade deve ser ouvida sempre e não somente por ocasião da criação do conselho. Eles são atores importantes, na verdade precisam ser parceiros, aliados da REBio, trata-se de um interesse mútuo: o que afeta a vila afeta também a REBio e vice-versa.

A comunidade deveria ser ouvida e incluída desde o início do processo de criação dessa UC, no entanto, isso não ocorreu e ainda não ocorre, o que dificulta e limita a participação efetiva dessa comunidade nos espaços coletivos de decisão e gestão da Reserva. Há de fato falta de comunicação entre a gestão da REBio e a comunidade da Vila Basevi. Santos (2005, p. 63) alerta que

Situações politicamente conflituosas são marcadas por significativos bloqueios as limitações comunicacionais, ao passo que a busca de soluções consensuais ou negociadas requer uma considerável intensificação dos fluxos de comunicação. O consenso, no sentido aqui trabalhado, não se refere à hegemonia conquistada por uma ideia dada anteriormente, mas sim a acordos socialmente construídos que exigem dos atores envolvidos a revisão de suas posições com base no confronto com as posições de outros.

Ressalto que a não aproximação, o não ouvir e o não dialogar impede, também, o estabelecimento de compromissos e acordos mútuos para a resolução dos problemas

socioambientais ali existentes. Pude perceber, ao longo desta pesquisa que a comunidade tem um sentimento de pertencimento forte no que diz respeito à vila, no entanto esse sentimento é ínfimo quando se refere à REBio, o que é lamentável, considerando o fato dessa comunidade ser parte, geograficamente falando, da Reserva.

É preocupante que muitos moradores sequer saibam o que é uma Reserva Biológica, e não saibam também que suas residências encontram-se no centro de uma unidade de conservação. Isso ficou claro no momento em que fiz uma exposição da minha pesquisa para um grupo de alunos do ensino médio residentes na Basevi. Quando mostrei o mapa da REBio e apontei a localização da comunidade no centro dessa Reserva houve exclamações de surpresa, muitos (possivelmente todos) nunca se tinham visto “de cima” (foi utilizada uma imagem do google maps) e não tinham noção, de fato, de onde realmente moram. Isso é grave e lamentável, pois como esperar um sentimento de pertencimento e cuidado por algo que não se conhece?

As alternativas apontadas, pelos participantes do estudo de caso, para a falta de saneamento básico na Vila Basevi vão direto ao problema: “instalação em todas as residências de fossas sépticas ou sistemas de esgotos” e “regularização e urbanização da Vila Basevi”. A execução de um projeto de saneamento básico envolve uma complexidade de fatores que inclui a necessidade de grande aporte de recursos financeiros, além de decisão e vontade política, acesso a fontes de recursos que permitam executar esse tipo de projeto, como, por exemplo, o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o Programa UNIBANCO Ecologia, a Fundação Banco do Brasil, instituições que apoiam projetos de investimentos, públicos e privados, visando aos serviços de saneamento básico, recuperação e proteção do meio ambiente.

Como resultado do estudo de caso e visando a busca de solução para o problema detectado, está sendo inicialmente gestado um curso de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento, curso que visa à mobilização e ao envolvimento da comunidade da Basevi na busca para a resolução do problema da falta de saneamento básico nessa localidade. Nesse sentido foram solicitadas (e já se encontram na sede da

Associação de Moradores) à Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, 40 exemplares da cartilha denominada “Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento”; 5 exemplares do “Caderno Metodológico para ações de educação ambiental e mobilização social em saneamento” e 5 exemplares da publicação “Experiências em Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento”. Essas publicações foram elaboradas pelo Grupo de Trabalho Interministerial de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento, constituído por especialistas do Ministério das Cidades, do Meio Ambiente, da Integração Nacional, da Saúde e da Educação. Para que se tenha uma visão da dimensão da necessidade e importância de um curso dessa natureza, segue um trecho da apresentação do Caderno Metodológico:

Os serviços de saneamento estão relacionados de forma indissociável à promoção da qualidade de vida, bem como ao processo de proteção dos ambientes naturais, em especial dos recursos hídricos. Nesse sentido, é imprescindível desenvolver ações educativas que possibilitem a compreensão sistêmica que a questão exige e estimular a participação popular, engajada e consciente, no enfrentamento dessa questão

Na busca pela universalização dos serviços de saneamento é fundamental estimular um olhar atento à realidade em que se vive, uma vez que para transformá-la é essencial que a população conheça os diferentes aspectos relacionados ao saneamento, participe ativamente dos foros onde são tomadas as decisões sobre as prioridades de empreendimentos e exerça controle social ao longo do processo.

Nesse contexto, a Educação Ambiental em saneamento constitui-se numa promissora possibilidade de atuação que busca, por meio de ações articuladas, oportunizar a emancipação dos atores sociais envolvidos e, com isso, despertar o protagonismo popular na condução das transformações esperadas (BRASIL, 2009c).

Esse curso está sendo inicialmente programado e estruturado pela Associação de Moradores com o apoio desta pesquisadora e da Chefia do Posto de Saúde da Basevi. Lideranças e outras instituições atuantes na vila estão sendo contatadas e convidadas a compor as parcerias necessárias ao desenvolvimento do curso.

Como já exposto neste trabalho, o saneamento básico está intrinsecamente ligado à questão da proteção dos recursos hídricos, Sousa (2006, p.7) traz os seguintes dados:

Levando-se em conta as estimativas da produção média de esgoto por habitante da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, é possível verificar que, na maioria das bacias hidrográficas, o volume de esgoto coletado é bastante baixo em relação ao produzido pelos municípios ali situados. Segundo o IBGE, a utilização da análise por bacia hidrográfica permite avaliar, de forma integrada, o impacto das ações humanas sobre o ambiente e seus desdobramentos sobre a qualidade dos mananciais.

Assim, além do material de apoio cedido pela SNSA, serão também utilizados, entre outros, os conceitos e as experiências trabalhados por Catalão e Rodrigues (2006), por tratar-se de publicação cujo projeto de educação ambiental traz uma abordagem transversal e holística, visando discutir os mananciais existentes no DF. Romano Filho, Sartini e Ferreira (2002), por sua vez, trarão contribuição importante ao curso. A proposta metodológica deste livro está refletida nas palavras de Maria do Carmo Zinato: “Falar de Água (manejo, usos, conflitos, crenças [...]) sem falar de Gente é tão difícil quanto falar de Gente (saúde, educação, paz, qualidade de vida, futuro [...]) sem falar de Água”. Esse curso deverá tratar a questão da água contemplando as dimensões éticas e morais nas abordagens em educação ambiental, no entanto essa abordagem deve vir atrelada às dimensões políticas e ideológicas de modo a contemplar as múltiplas dimensões da questão ambiental. Usando como exemplo o caso da água, Layrargues (2006, p. 7) traz os seguintes esclarecimentos:

Queremos proteger a água pura, por exemplo, que em tese é um Bem em si, mas nos esquecemos que ela está em vias de ser completamente privatizada, sem a equivalente discussão a esse respeito na educação ambiental, com as devidas interpretações de seus significados ideológicos. Aliás, fala-se muito acerca da *escassez absoluta* de água potável no planeta, quando se verifica a preciosidade que é a água doce no mundo, mas nos esquecemos de debater sobre a *escassez relativa* da água no território, quando se verifica a desigual distribuição entre os humanos, para as distintas formas de apropriação e os diferentes usos desse recurso. Como se percebe, a generalização da “humanidade” como agente causador da crise ambiental encontra paralelo na generalização da escassez absoluta da água, um artifício ideológico que auxilia a camuflagem de que existem sujeitos sociais específicos.

Ainda sobre a água, fica aqui uma reflexão de Peter Blake: “Água boa, vida boa; água ruim, vida ruim; nenhuma água, nenhuma vida”.

Segundo Barbier (2007, p. 146) “Uma pesquisa-ação, mais do que outra pesquisa, suscita mais questões do que as resolve.” Com esta não foi diferente. Além de os objetivos propostos terem sido alcançados por este trabalho ter estimulado a comunidade da Vila Basevi a discutir coletivamente seus problemas e apontar soluções para eles, permitiu verificar o potencial de mobilização da comunidade para atuar em

trabalho voluntário com o meio ambiente; principalmente, oportunizou, pela primeira vez, desde a criação da Reserva há dez anos, um encontro e o diálogo entre comunidade e gestores dessa Unidade de Conservação.

Muito ainda precisa ser realizado. Esta pesquisa acadêmica por força de estar atrelada a um calendário universitário chega aqui a seu fim. No entanto, a pesquisa-alavancada nesse processo apenas se inicia: cabe a parcela da comunidade e aos gestores da Rebio dar prosseguimento, ou não, aos trabalhos aqui iniciados. Potencial e motivos para isto ambos possuem. Acredito que a realização do teatro-fórum e do Curso de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento que está sendo gestado - se contar efetivamente com o envolvimento das parcerias necessárias para a sua execução (associação de moradores, instituições religiosas, comércio local, escolas, lideranças, agentes do Posto de Saúde, ICMBio, instituições de ensino superior, entre outros), certamente promoverão a continuidade na busca de soluções para os problemas socioambientais da comunidade.

Minha relação com essa comunidade que me acolheu não se acaba com o fim desta pesquisa. Os vínculos criados são fortes e me fazem querer estar com eles, lutando por aquilo que eles, assim como eu, acreditam ser fundamental: a dignidade humana. E, como bem o disse Caio Fernando Abreu: “Se amanhã o que sonhei não for bem aquilo, eu tiro um arco-íris da cartola. E reforço. Colo. Pinto e bordo. Porque a força de dentro é maior que todo o mal que existe no mundo. Maior que todos os ventos contrários. É maior porque é do bem. E nisso, sim, acredito até o fim”.

10 REFERÊNCIAS

ACSELRADI, Henri. Justiça Ambiental: narrativas de resistência ao risco social ampliado. In: FERRARO JUNIOR, Luiz Antonio. (Org.). *Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

ALMEIDA, Josimar Ribeiro de. *Gestão ambiental: planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação*. Rio de Janeiro: Thex, 2000.

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 27 jul. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 16 fev. 2011.

BRASIL. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 02 set. 1981. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 16 fev. 2011.

BRASIL. Lei n. 11.516, de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; altera as Leis nos 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei no 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória no 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 28 ago. 2007a. Edição extra. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11516.htm>. Acesso em: 16 fev. 2011.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 11 jan. 2007b. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm >. Acesso em: 16 fev. 2011.

BRASIL. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 16 fev. 2011.

BRASIL. Decreto de 13 de dezembro de 2002. Cria a Reserva Biológica da Contagem, no Distrito Federal, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 16 dez. 2002a. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/99024/decreto-02>>. Acesso em: 16 fev. 2011.

BRASIL. Decreto n. 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 ago. 2002b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm>. Acesso em: 17 fev. 2011.

BRASIL. Decreto n. 4.519, de 13 de dezembro de 2002. Dispõe sobre o serviço voluntário em unidades de conservação federais, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 16 dez. 2002c. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/99012/decreto-4519-02>>. Acesso em: 18 fev. 2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – MMA. Portaria n. 19, de janeiro de 2005. Dispõe sobre a criação do Programa de Voluntariado em Unidades de Conservação. 2005a. Disponível em: <http://www.apetres.org.br/legislacao_news/LEGISLA%C3%87%C3%83O%20FEDERAL/Portarias/Portarias%20-%20IBAMA/Portaria%20n%C2%BA%2019,%20de%2021%20de%20janeiro%20de%202005.pdfhtm>. Acesso em: 18 fev. 2011.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA. *Educação ambiental: as grandes orientações da conferência de Tbilisi*. Brasília: Editora IBAMA, 1998. Organizado pela UNESCO.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Mec, 1989.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Cartilha Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental -ENCEA. Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no SNUC. [Brasília]: MMA, 2010.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. Instrução Normativa n. 03, de 02 de setembro de 2009a. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/in032009.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Rua: aprendendo a contar*. Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua. Brasília- DF: MDS, 2009b.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento. *Caderno metodológico para ações de educação ambiental e mobilização social em saneamento*. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009c.

BARBIER, René. *A pesquisa-ação*. Brasília: Liber livro editora, 2007.

BOFF, Leonardo. *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. *O que é participação*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARVALHO, Isabel; SCOTTO, Gabriela. *Conflitos socioambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: IBASE, 1995.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CATALÃO, Vera Lessa; RODRIGUES, Maria do Socorro (Org.). *Água como matriz ecopedagógica: um projeto a muitas mãos*. Brasília: Edição do Autor, 2006.

DEMO, Pedro. *Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos*. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

DRUMOND, Maria Auxiliadora. *Técnicas e ferramentas participativas para a gestão de unidades de conservação*. Brasília: MMA, 2009.

FREIRE, Paulo. *À sombra desta mangueira*. São Paulo: Ed. Olho Dagua, 2010.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 12.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GAJARDO, Marcela. *Pesquisa participante na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS- IBAMA. Coordenação Geral de Educação Ambiental. *Como o IBAMA exerce a educação ambiental*. Brasília: Edições IBAMA, 2002.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. In: LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.; CASTRO, R.C. de (Org.). *Pensamento complexo, dialética e educação ambiental*. São Paulo: Cortez, 2006.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação ambiental no Brasil: o que mudou nos vinte anos entre a Rio 92 e a Rio+20. *Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*, 2012. Disponível em: <<http://centrodeestudosambientais.wordpress.com/2012/03/21/educacao-ambiental-no-brasil-o-que-mudou-nos-vinte-anos-entre-a-rio-92-e-a-rio20/>>. Acesso em: mar. 2012.

LOUREIRO, Carlos Frederico; et. al. *Educação Ambiental e gestão participativa em unidades de conservação*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBAMA, 2005.

MORAES, Maria Cândida; VALENTE José Armando. *Como pesquisar em educação a partir da complexidade e da transdisciplinaridade?*. São Paulo: Editora Paulus, 2008.

MOREIRA, Teresinha. *Saneamento básico: desafios e oportunidades*. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/co_nhecimento/revista/basico.pdf>. Acesso em: fev. 2012.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 8. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.

NICOLESCU, Basarab. *O Manifesto da Transdisciplinaridade*. São Paulo: Triom, 1999.

PELICONI, Maria Cecília Focesi. Fundamentos da educação ambiental. In: PHILIPPI JR, Arlindo. *Curso de gestão ambiental*. São Paulo: Manole, 2004.

PETRAGLIA, Izabel Cristina. *Edgar Morin: a educação e a complexidade do ser e do saber*. Petrópolis: Vozes, 1995.

QUINTAS, José Silva. (Org.). *Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente*. Brasília: Edições IBAMA, 2000.

QUINTAS, José Silva. Introdução à gestão ambiental pública. 2. ed. revista. Brasília: Ibama, 2006. (Coleção Meio Ambiente. Série Educação ambiental; n.5).

QUINTAS, José Silva. Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico. In: LOUREIRO, Carlos Frederico; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de. (Org.) *Repensar a educação ambiental: um olhar crítico*. São Paulo: Cortez, 2009.

ROMANO FILHO, Demóstenes. A Grandeza do trabalho voluntário. Set. 2010. Disponível em: <<http://www.ateal.org.br/site/noticias/mostra.php?id=121>>. Acesso em: jun. 2011.

ROMANO FILHO, Demóstenes; SARTINI, Patrícia; FERREIRA, Margarida Maria. *Gente cuidando das águas*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

SANTANA, Marcelo Trindade. *Esgotamento sanitário da Vila Basevi, Sobradinho-DF: propostas de soluções*. 2006. Trabalho de Conclusão de Cursos, UNICESP, Brasília, 2006.

SANTOS, Ailton Dias do. (Org.). *Metodologias participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais*. São Paulo: Ed. Peirópolis, 2005.

SELLI, Lucilda; GARRAFA, Volnei. Solidariedade crítica e voluntariado orgânico: outra possibilidade de intervenção societária. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.13, n.2, p. 239-251, abr./jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702006000200003>. Acesso em: abr. 2010.

SILVA, Milton Nogueira da. et. al. *Água e mudanças climáticas: tecnologias sociais e ação comunitária*. Belo Horizonte: CEDEFES / Fundação banco do Brasil, 2012. Disponível em: <<http://www.fbb.org.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8AE389DB3557870101355E200E67070B>>. Acesso em: abr. 2010.

SOARES, S. R. A.; BERNARDES, R. S. & CORDEIRO NETTO, O. M. Relações entre saneamento, saúde pública e meio ambiente: elementos para formulação de um modelo de planejamento em saneamento. *Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro*, 18(6):1713-1724, nov./dez, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v18n6/13268.pdf>>. Acesso em: fev. 2012.

SOUSA, Ana Cristina A. *Por uma Política de Saneamento Básico: a evolução do setor no Brasil*. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/30/ana_cristina_30.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2012.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 2000.

11 APÊNDICES

1 PLANO DE AÇÃO PARA GESTÃO AMBIENTAL PARTICIPATIVA¹

1- Apresentação

Este plano de ação, interrelacionando temas como participação comunitária, gestão ambiental participativa, teatro fórum e educação ambiental, busca estimular a participação voluntária da comunidade da Vila Basevi na identificação e análise de problemas ambientais existentes nessa comunidade, detectando os atores sociais envolvidos e apresentando possíveis soluções. Busca, também, estimular a participação da comunidade na gestão ambiental participativa na Rebio da Contagem.

2 – Apoio e Parcerias

Associação Comunitária de Moradores da Vila Basevi – ACMVB; Centro Espírita Caminho da Luz – CEAL; Igreja São Vicente de Paulo, Igreja Batista Congregação Vila Basevi; Centro de Ensino Fundamental – CEF Carlos Mota Lago Oeste; Escola Classe Vila Basevi; Coordenação de Educação Ambiental do Instituto Chico Mendes – CEAC/ICMBio; Rebio da Contagem/ICMBio.

PROGRAMAÇÃO

Carga horária: 9 horas

Período: 8, 9 e 11 de dezembro de 2011

DIA 08/12 – Quinta-feira – 20 às 23:00 horas

- Apresentação do tema e dos participantes; credenciamento

¹ Este Plano faz parte da metodologia e estratégia prevista no projeto de dissertação de mestrado da pesquisadora e acadêmica em epígrafe.

- Estabelecimento de “acordos de convivência - Dinâmica de sensibilização
- Formação do grupo de comentaristas
- Exposição do Presidente da ACMVB – Ismael Araújo Santos, sobre o Projeto Urbanístico para a Vila Basevi. Debate.
- Exposição do Chefe da Rebio da Contagem – Grahal Benatti, sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, ICMBio e REBio da Contagem. Debate.
- Intervalo (15 minutos)
- Exibição do Clip “Canção da Terra” e do vídeo “Rancho Fundo”
- Exposição da pesquisadora – Magnólia Barros, sobre conceitos de Problemas, conflitos e potencialidades ambientais; gestão ambiental participativa; participação comunitária e cidadania. Debate.
- Fala da Comunidade sobre os conceitos adquiridos por meio das exposições antecedentes.
- Apresentação dos comentaristas
- Avaliação do dia
- Informes para o dia seguinte

DIA 9/12/11 – Sexta-Feira – 20 às 23:00 horas

- Dinâmica de sensibilização
- Exibição do vídeo “A Lei e a Vida”
- Análise do texto “Saber cuidar” de Leonardo Boff
- Formação do grupo de comentaristas
- Formação dos grupos para o estudo de caso: Identificação de problemas, conflitos ou potencialidades ambientais da Vila Basevi.
- Intervalo (15 minutos)
- Apresentação das conclusões dos grupos
- Apresentação dos comentaristas

- Debates seguidos de encaminhamentos
- Avaliação do dia
- Informes para o dia 11/12 (teatro fórum)
- Encerramento

DIA 11/12/11 – Domingo 11 horas

- TEATRO-FÓRUM
- Debates e encaminhamentos

2 ESTUDO DE CASO SOBRE UM PROBLEMA, CONFLITO OU POTENCIALIDADE AMBIENTAL²

O Estudo de caso é uma técnica de trabalho em grupo recomendada para a realização de uma análise detalhada e objetiva de uma situação real pesquisada. O “caso”, nesta pesquisa, deverá ser um problema, conflito ou potencialidade ambiental real existente na Vila Basevi ou em seu entorno.

Antes de iniciar as atividades, cada grupo deverá escolher um dos seus integrantes para coordenar os trabalhos (o coordenador) e outro para apresentar as conclusões ao plenário (relator).

Com a realização deste estudo de caso, espera-se que os participantes consigam, em um problema, conflito ou potencialidade ambiental observado, identificar os principais atores sociais envolvidos, suas formas de organização, seus interesses, assim como os conflitos potenciais e explícitos.

1. DESCREVA CONTEXTUALIZADAMENTE O PROBLEMA, CONFLITO OU POTENCIALIDADE AMBIENTAL ESCOLHIDO:

1.1 - NOME DO PROBLEMA:

1.2 – LOCALIZAÇÃO:

1.3 - HISTÓRICO:

1.4 - RISCOS E EFEITOS SOBRE MEIO FÍSICO NATURAL E SOBRE A QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS AFETADAS PELOS PROBLEMAS:

1.5 - RELEVÂNCIA SOCIOAMBIENTAL:

2) Preencher o quadro 01, identificando:

²Adaptado do roteiro elaborado pela equipe do Projeto Meio Ambiente e Democracia, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, constante no Livro Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico, de Isabel C. M. Carvalho; e do Estudo Dirigido - EDG aplicado no Curso de Introdução à Educação no Processo de Gestão Ambiental, realizado pela Coordenação Geral de Educação Ambiental – CGEAM/IBAMA.

a) os tipos de atores sociais da **esfera não estatal** envolvidos e/ou afetados pela ocorrência do problema ou conflito ambiental (sujeitos coletivos tais como: sindicatos de patrões e de empregados; associações de pequenos, médios e grandes produtores; associações de moradores; partidos políticos; políticos; grupos empresariais; ONGs ambientalistas; movimentos sociais; coletividade territorializada; grupo étnico; categoria profissional; etc);

b) **nível de organização** de cada ator social da **esfera não estatal** envolvido e/ou afetado pela ocorrência do conflito ou problema ambiental (identificar se o ator social é:

b.1- **uma organização pré-existente** ao problema ou conflito; b.2 -**uma organização decorrente** da existência do problema ou conflito; b.3 - uma coletividade territorializada/grupo étnico/categoria profissional desorganizada pré-existente ao conflito ou problema; b.4 - uma coletividade territorializada/grupo étnico/categoria profissional **desorganizada, decorrente** da existência do problema ou conflito; b.5 - uma coletividade territorializada/grupo étnico/categoria profissional **com organização incipiente pré-existente** ao problema ou conflito; b.6 - uma coletividade territorializada/grupo étnico/categoria profissional **com organização incipiente, decorrente** do problema ou conflito; b.7 - ou outra situação: explicitar).

c) **posição predominante** que cada ator social da **esfera não estatal** poderá assumir ou tem assumido no problema ou conflito, com respeito à destinação do bem natural / condição ambiental objeto da disputa:

c.1 - defensor da destinação do bem natural / condição ambiental / para uso comum (sentido do art. 225 da Constituição federal);c.2 - defensor da destinação do bem natural / condição ambiental para uso privado; c.3 - defensor do uso do bem natural / condição ambiental para subsistência (com ou sem geração de excedente para comercialização) de grupos sociais específicos (pescadores artesanais, ribeirinhos, marisqueiras, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de babaçu, índios, etc.);c.4 – outra situação (explicitar);

d) **conduta predominante** que cada ator social da **esfera não estatal** tem assumido ou poderá assumir frente ao problema ou conflito: conivente; negligente; indiferente; mediadora; negociadora; geradora; denunciadora; repressora, etc.

3) Preencher o Quadro 2, identificando:

a) os atores sociais da **esfera estatal** (instâncias do Estado³) envolvidos e/ou afetados pela existência do conflito ou problema ambiental.

b) *posição predominante* que cada ator social da **esfera estatal** poderá assumir ou tem assumido no problema ou conflito, com respeito à destinação do bem natural / condição ambiental objeto da disputa:

b.1 - defensor da destinação do bem natural / condição ambiental / para uso comum (sentido do art. 225 da Constituição Federal);

b.2 - defensor da destinação do bem natural / condição ambiental para uso privado;

b.3 - defensor do uso do bem natural / condição ambiental para subsistência (com ou sem geração de excedente para comercialização) de grupos sociais específicos;

b.4 – outra situação (explicitar).

c) *conduta predominante* que cada ator social da **esfera estatal** tem assumido ou poderá assumir frente ao problema ou conflito: conivente; negligente; omissa; legalista; mediadora; negociadora; geradora; denunciadora; repressora etc.

4) Elaborar uma representação visual identificando as relações **predominantes** entre os **atores sociais da esfera não estatal** (citados no quadro 1): parceria/cooperação; concorrência; subordinação; contestação; controle; submissão; etc.

5) Elaborar uma representação visual identificando as relações **predominantes** entre **atores sociais da esfera estatal** (citados no quadro 2): parceria/cooperação; concorrência; submissão; subordinação; contestação; controle; etc.

6) Elaborar uma representação visual identificando as relações **predominantes** entre **cada ator social** citado no Quadro 1 e os **atores sociais da esfera estatal** citados no Quadro 2: parceria/cooperação, concorrência, subordinação, contestação, controle, submissão, etc.

³ Como instâncias do Estado estamos entendendo os 03 Poderes da República; O Executivo (União, Estados e Municípios); O Legislativo (Câmara e Senado, Assembleia Legislativa, Câmara de Vereadores); O Judiciário (Federal e Estadual), bem como os órgãos integrantes das Administrações Públicas Federal, Estadual e Municipal (Ministérios, Secretarias, Institutos, Fundações, Empresas Estatais, Procuradorias etc.) e, ainda, o Ministério Público (Federal e Estadual)

7) Identificar formas de ação (praticadas e/ou prováveis) dos atores sociais de ambas esferas: direta; judicial; lobby; alianças; denúncia na imprensa; mobilizações; busca de financiamento etc.

8) Caracterizar, quando for o caso, os discursos presentes (a fala de cada ator social e/ou instância do Estado para justificar a sua posição e/ou conduta).

9) Caracterizar o posicionamento dos meios de comunicação frente ao problema ou conflito (se for o caso).

10) Definir o quadro legal onde ocorre o problema ou conflito ambiental:

a) Ausência de Legislação Ambiental;

b) Inobservância da legislação, seja através do seu questionamento, burla, ausência de aplicação pelo(s) órgão(s) competente(s) etc.

11) Comentar as possíveis soluções/desdobramentos do problema ou conflito (prognóstico), assumindo uma perspectiva otimista e outra pessimista.

NOME DO PROBLEMA: _____

QUADRO 1

ATORES SOCIAIS DA ESFERA NÃO ESTATAL

ATORES SOCIAIS DA ESFERA NÃO ESTATAL (A)	NÍVEL DE ORGANIZAÇÃO (B)	POSIÇÃO QUANTO À DESTINAÇÃO DO BEM NATURAL OU CONDIÇÃO AMBIENTAL (C)	CONDUTA FRENTE AO PROBLEMA OU CONFLITO (D)	OBSERVAÇÕES (E)

NOME DO PROBLEMA: _____

QUADRO 2

ATORES SOCIAIS DA ESFERA ESTATAL

ATORES SOCIAIS DA ESFERA ESTATAL (INSTÂNCIAS DO ESTADO)	POSIÇÃO NO PROBLEMA OU CONFLITO	CONDUTA FRENTE AO PROBLEMA OU CONFLITO	OBSERVAÇÕES

GRUPO:

COMPONENTES:

3 Convite

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Convite!

PLANO DE AÇÃO PARA GESTÃO AMBIENTAL PARTICIPATIVA

Essa atividade objetiva estimular a participação dos moradores na identificação e análise de problemas ambientais existentes na Vila Basevi, buscando possíveis soluções. Visa, também, estimular a participação da comunidade na gestão ambiental participativa na Reserva Biológica da Contagem.

PROGRAMAÇÃO

Exibição de filmes, análise de textos, palestras, debates, teatro fórum e outras atividades dinâmicas!

Participe! Venha debater e procurar soluções para os problemas ambientais da Vila Basevi!

Período: 8, 9 e 11 de dezembro de 2011
Horário: 20 às 23:00 horas
Local: Salão da Associação de Moradores – ACMVB

Apoio e Parcerias
Associação Comunitária de Moradores da Vila Basevi – ACMVB; Centro Espírita Caminho da Luz – CECAL; Igreja São Vicente de Paulo, Igreja Batista Congregação Vila Basevi; Centro de Ensino Fundamental – CEF Carlos Mota Lago Oeste; Escola Classe Vila Basevi; Coordenação de Educação Ambiental do Instituto Chico Mendes – CEAC/ICMBio; Rebio da Contagem/ICMBio.

CONTATO: Magnólia Barros 8127-1315

06/12/11

ANEXOS